

Diagnóstico de Segurança e Análise de Risco:
Um estudo de caso no Museu da Família Colonial
em Blumenau-SC

Fernanda Sasse

Fernanda Sasse

**DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA E ANÁLISE DE RISCO: UM
ESTUDO DE CASO NO MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL EM
BLUMENAU-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à Universidade Federal de
Santa Catarina como parte dos
requisitos necessários para a obtenção
do Grau de Bacharelado em
Museologia.

Orientadora: Prof. Ms. Luciana Silveira
Cardoso

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sasse, Fernanda

Diagnóstico de Segurança e Análise de Risco: : Um Estudo
de Caso no Museu da Família Colonial em Blumenau-SC /
Fernanda Sasse ; orientadora, Luciana Silveira Cardoso -
Florianópolis, SC, 2015.

135 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Museologia.

Inclui referências

1. Museologia. 2. Museu;. 3. Segurança; . 4. Risco; . 5.
Diagnóstico Museal;. I. Cardoso, Luciana Silveira. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Museologia. III. Título.

Fernanda Sasse

DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA E ANÁLISE DE RISCO: UM ESTUDO DE CASO NO MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL EM BLUMENAU-SC

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Museologia, e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria do Curso de Graduação em Museologia

Florianópolis, 10 de julho de 2015.

Prof. Ms. Luciana Silveira Cardoso
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Ms. Luciana Silveira Cardoso
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Ms. Elias Palminor Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Maurício Rafael
Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina

Àqueles que acreditam no
que sou e no que quero ser.

AGRADECIMENTOS

Fazer duas graduações seguidas foi um grande desafio em minha vida, mas também mostrou minha paixão pela academia e pelo conhecimento. Duas áreas que se casam e se separam, mas que no final, formaram a profissional que sou hoje.

Queria agradecer primeiramente àqueles que me deram forças para seguir meu sonho de ser Museóloga.

Aos meus pais e minha irmã por serem meu ponto de apoio. Vocês são a melhor parte de mim. Nada, nem ninguém pode substituir ou destruir o que sinto por vocês!

Ao meu companheiro, Tiago Tamanini Junior, que esteve presente em todas as etapas desse processo e compartilhou de um amadurecimento a dois.

A minha família, pelo carinho de sempre.

Aos amigos da graduação em história, da infância, da escola e da JEIS, que esperaram pacientes.

Aos meus professores da Museologia, da História e Antropologia. Citando principalmente minha orientadora, Professora Luciana Silveira Cardoso, que me proporcionou o diálogo sobre a temática que a muito queria estudar e que está contemplada neste trabalho. Obrigada pela paciência, amizade e suporte, quando eu já não acreditava mais que conseguiria. À Professora Thainá Castro, que me proporcionou o embasamento teórico durante as disciplinas que ministrou, presente também nesse trabalho. Ao Professor Wagner Miquéias Damasceno, que proporcionou uma nova experiência acadêmica, através da monitoria em sua disciplina. Ao Professor Valdemar de Assis Lima, sempre solícito, quanto a dúvidas conceituais e das vivências museológicas. De todos, lembrarei com muita felicidade. Não poderia esquecer de agradecer a professora Letícia Nedel, que foi uma professora marcante em minha vivência na UFSC, com muitas discussões sobre as questões patrimoniais, sempre solícita as dúvidas e aos projetos acadêmicos. Foi bom tê-la conhecido nessa transição da História para a Museologia. Aos Professores e Professoras, Rafael Victorino Devos, Edviges Marta Ioris, Evelyn

Martina Schuler Zea, Liane Nagel, Renata Padilha, Elisa Guimarães Ennes e Scott Correll Head, agradeço os conhecimentos compartilhados.

Dedico também um espaço ao Professor Fábio Machado Pinto e a Professora Danuza Meneghello, com quem compartilhei a vivência no Projeto de Extensão Capoeira da Ilha, na UFSC e que pude conhecer melhor a relação da Universidade com a sociedade, para além da academia.

A Eliza Regina Cordeiro e João Sol, pelos auxílios burocráticos no que tange a Universidade, entendendo sempre as vivências e as dificuldades de cada aluno.

A Terezinha Detzçl, pela oportunidade de estágio no Memorial da Previdência Catarinense.

A Lilian Patrícia Casagrande, Tereza C. Meurer Antunes e Maria de Fátima Silveira, pela oportunidade de estágio na Coordenação do Curso de Direito. Fico feliz de ter conhecido, em minha jornada, pessoas de maravilhosas como vocês.

A equipe do Museu da Família Colonial e Museu de Hábitos e Costumes, que me proporcionou a vivência nos mais diversos processos museológicos, em um espaço familiar. Obrigada por me auxiliar nessa etapa de construção do meu ser profissional.

Aos meus colegas e amigos da museologia, pelos anos de conhecimento compartilhado, pelos almoços no RU, idas à BU e pelos intervalos na cantina! A UFSC me proporcionou um novo tipo de vivência acadêmica, e sou muito grata a todos que conheci, que me fizeram amadurecer.

Obrigada a todos, mesmo não nomeados, que me acompanharam, torceram por mim e que continuam ao meu lado!

Ele gostaria de ser...a chave de um domínio, nem reservado, nem misterioso, nem moribundo destinado àqueles que já gostam dos museus e os freqüentam, e aos que deles ainda não gostam para que venham a eles.

(Daniele Giraudy e Henri Bouilhet, 1990)

RESUMO

A presente monografia propõe um diagnóstico de segurança no Museu da Família Colonial em Blumenau-SC, com a presença de cinco agentes de riscos (Fogo, Água, Temperatura Incorreta, Umidade Relativa Incorreta e Dissociação), para avaliação e proposições que indiquem caminhos a serem seguidos no gerenciamento de riscos. A relação sócio espacial, a técnica construtiva da edificação, as ações humanas, são algumas das perspectivas analisadas para o entendimento do contexto museal. Conceitos como museu, museu-casa, diagnóstico, segurança, preservação, risco, são base do gerenciamento de risco neste estudo de caso. Considera-se assim que a salvaguarda do acervo e a segurança dos visitantes devem ser um dos princípios do museu para que outros processos museológicos estejam em pleno funcionamento.

Palavras-chave: Museu – Segurança – Risco – Diagnóstico - Blumenau

ABSTRACT

This monograph proposes a safety diagnosis in Colonial Family Museum, located in Blumenau-SC, within the presence of risk agents (Fire, Water, Incorrect Temperature, Incorrect Relative Humidity and Dissociation) for evaluation and proposals that indicate ways to follow in risks management. The socio-spatial relation the building construction technique, the human actions, are some of the perspectives analyzed to understand the museum context. Concepts such as museum, museum-house, diagnosis, safety, preservation, risk, are the basis of risk management in this case study. It is therefore considered that the collection safeguarding and the safety of visitors should be one of the museum's principles to other museum processes are fully operational.

Keywords: Museum – Security – Risk – Diagnosis – Blumenau

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - HERMANN BRUNO OTTO BLUMENAU.....	28
FIGURA 2 - EDITH GAERTNER	33
FIGURA 3 - VICTOR E ROSÁLIA GAERTNER	33
FIGURA 4 – RENATA LUIZA ROHKOHL DIETRICH.....	35
FIGURA 5 – EDIFICAÇÃO DE 1858 (A ESQUERDA) E 1864 (A DIREITA), VISTA FRONTAL DO MUSEU	37
FIGURA 6 - EDIFICAÇÃO DE 1920.....	38
FIGURA 7 - DISTÂNCIA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU PERANTE A CAPITAL DO ESTADO, FLORIANÓPOLIS..	40
FIGURA 8 - RELAÇÃO DO RIO ITAJAÍ-AÇU COM A MALHA URBANA DE BLUMENAU.....	42
FIGURA 9 - RELAÇÃO HIDROLÓGICA COM O CENTRO HISTÓRICO DE BLUMENAU.....	43
FIGURA 10 - HORTO FLORESTAL, CAMINHO ATÉ O MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL	48
FIGURA 11 - CEMITÉRIO DE GATOS.....	49
FIGURA 12 - MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL DURANTE AS CHEIAS.....	101
FIGURA 13- RUAS ATINGIDAS CONFORME AS COTAS DE ENCHENTES.....	103
FIGURA 14 – INCÊNDIO DA ANTIGA PREFEITURA E ARQUIVO HISTÓRICO DE BLUMENAU.....	106
FIGURA 15 - DISTÂNCIA ENTRE O CORPO DE BOMBEIROS E O MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL.....	109

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - REGRA DE ENCHENTE	99
TABELA 2 - PICOS DE ENCHENTE NA CIDADE DE BLUMENAU	102
TABELA 3 - TIPOS DE EXTINTORES	107
TABELA 4 - GRAU DE UMIDADE	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHJFS – Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

AS/NZS - Australian/New Zealand Standard ou Austrália/Nova Zelândia
Padronização

CCI - Canadian Conservation Institute

CEOPS - Centro de Operação do Sistema de Alerta

DPHAN - Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FCC - Fundação Catarinense de Cultura

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and
Restoration of Cultural Property

ICMS - Comitê Internacional de Segurança de Museus

ICN - Netherlands Institute for Cultural Heritage

ICOM – International Council of Museums ou Conselho Internacional de
Museus

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISO - International Organization for Standardization ou Organização
Internacional para Padronização

PPCI - Plano de Prevenção Contra Incêndio

SEM/SC - Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural
Organization ou Organização das Nações Unidas para a Educação, a
Ciência e a Cultura

UV – Ultravioleta

V – Infravermelha

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 A CIDADE DE BLUMENAU E A CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU	27
2.1 A CIDADE DE BLUMENAU	27
2.1.1 EDITH GAERTNER	32
2.1.2 RENATA LUIZA ROHKOHL DIETRICH	34
2.2 ARQUITETURA	36
2.3 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, VEGETAÇÃO E HIDROGRAFIA	40
2.4 MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL	44
3 ENTRE TEORIA E PRÁTICA: MUSEUS E O DIAGNÓSTICO MUSEAL	51
3.1 HISTÓRIA DOS MUSEUS	51
3.2 O CONCEITO DE MUSEU E MUSEU-CASA	55
3.3 DIAGNÓSTICO MUSEAL	61
3.3.1 MODELO DE DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA	63
3.3.2 APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO NO MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL	66
4 PROPOSTAS PARA A GESTÃO DE RISCOS NO MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL	80
4.1 SEGURANÇA X PRESERVAÇÃO	80
4.2 GESTÃO DE RISCOS	91
4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS E PROPOSTAS PARA GESTÃO DE RISCOS	94
4.3.1 RISCOS E PROPOSTAS	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERENCIAS	118
SITES	127
ANEXO 1 – TABELA DE ESCALA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	130
ANEXO 2 –ESCALA ABC PARA AVALIAÇÃO DE RISCOS ÀS COLEÇÕES	131
ANEXO 3 – ESCALA DE MAGNITUDE DE RISCOS	132
ANEXO 4 – FLUXOGRAMA DO GERENCIAMENTO DE RISCOS	133
ANEXO 5 – FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DE RISCO SIMPLES	134

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa a seguir surgiu de anseios anteriores aos anos de estudos na museologia, na experiência com alguns desses riscos presentes na cidade, observando o quanto eles podem atingir o Museu da Família Colonial e o sentimento de impotência pela falta de conhecimento da área. Com os estudos que envolveram a graduação em museologia e a vivência a partir do estágio curricular obrigatório, subsídios para uma pesquisa foram conquistados. O objetivo da pesquisa era diagnosticar os riscos e a segurança no Museu da Família Colonial, identificando danos e riscos presentes no museus, avaliando o diagnóstico, dialogando com a legislação e teorias vigentes, e propondo um gerenciamento de riscos na instituição através do entendimento dos riscos e ações para resolver essas intempéries.

Questões que tangem a geografia, clima, hidrografia, relação humana, arquitetura e etc., estão presentes nas justificativas para a realização dessa pesquisa. É fato consumado que o Museu é um ambiente passível de diversos riscos, ao mesmo tempo, que essa instituição, apesar de todas as dificuldades, consegue garantir a permanência dos bens culturais por mais tempo. Por ele salvaguardar bens culturais diversos de valor histórico-cultural e social, se faz importante entender as implicações dos riscos nas suas funções sociais de preservação, comunicação e pesquisa.

Seguindo as linhas de análise e gerenciamento de riscos, segurança em museus e diagnósticos institucionais, a pesquisa procurou, através do desenvolvimento de um método particular de diagnóstico,

entender a realidade institucional em um âmbito geral, ao mesmo tempo que, verificou as ferramentas de segurança dos públicos, dos acervos e do edifício.

Os riscos ao patrimônio podem se apresentar das mais diversas formas, sejam eles físicos, químicos, biológicos, antrópicos, como em catástrofes. Muitos casos de deterioração são irreversíveis, por isso, é importante a prevenção contra os riscos.

A degradação do objeto, muitas vezes, é uma ação natural, por isso, o gerenciamento de riscos auxilia amenizando os impactos e prolongando a “vida” do objeto, para que este esteja por mais tempo a serviço da comunidade. Para Michalski, deve-se “conseguir encontrar todos os vários motivos porque, daqui a 100 anos, o seu acervo estará em piores condições do que actualmente, e descrever cada um desses motivos em palavras correntes” (2004, p. 56), para que se procure meios de barrar esses riscos ao acervo. Sendo isso, uma ação assegurada pelo Código de Ética do ICOM:

Os museus devem estabelecer e aplicar políticas que garantam que os acervos (tanto permanentes como temporários) e suas respectivas informações, corretamente registradas, sejam acessíveis para o uso corrente e venham a ser transmitidas às gerações futuras nas melhores condições possíveis [...]. (ICOM apud MEIRELLES, 2010, p. 80).

A metodologia de gerenciamento de risco trabalha com dez agentes de deterioração, são eles: forças físicas, criminosos, fogo, água, pragas, poluentes, luz, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e dissociação (MATTOS; PEDERSOLI JR, 2013, p.66).

Cada museu terá uma realidade diferente, por isso, a metodologia empregada nessa pesquisa foi de diagnosticar o Museu da Família Colonial, principalmente nas questões relacionadas à segurança. Foram elencados cinco dos dez agentes de deterioração presentes na Cartilha de Gestão de Riscos do IBRAM para a realização dessa análise. A pesquisa histórica sobre a instituição, a cidade, agentes de deterioração que afetaram instituições culturais, como também a revisão bibliográfica de conceitos de museu, museu-casa, diagnóstico, segurança, preservação e etc., fez parte também da metodologia empregada nesta monografia. Pelo escasso tempo de pesquisa, foi desenvolvido uma metodologia de gerenciamento de risco simples, mas que dará base para o pensamento mais abrangente na possibilidade de continuar o trabalho.

O primeiro Capítulo apresenta um breve histórico da construção da cidade de Blumenau, partindo de seu fundador e personalidades importantes para este processo, com a ênfase em algumas pessoas que realizaram a doação de edificações e objetos, para o museu, relacionados a história da cidade. A arquitetura e geografia local recebem um espaço na pesquisa, como meio de entender a relação da cidade com sua natureza. Toda essa contextualização, auxilia para o entendimento da última parte do capítulo, que é dedicada a instituição estudada, o Museu da Família Colonial. Neste espaço, são feitas reflexões sobre características da criação do museu relacionadas com a formação sociocultural da cidade, o espaço em que está inserido e todas as intempéries que o envolveu.

Seguido do segundo Capítulo, que propõe o conhecimento de conceitos desde a história dos museus, a ampliação e desmembramento desse conceito para a formação de dos museus-casa e a importância do diagnóstico museal para entender as peculiaridades de cada instituição em

seu contexto. É apresentado também um modelo de diagnóstico museal desenvolvido especificamente para essa pesquisa, com base em diversos autores, para o entendimento dos aspectos relacionados a segurança do Museu da Família Colonial. O foco se dá em cinco agentes deterioradores (fogo, água, umidade incorreta, temperatura incorreta e dissociação), para que se identifique se estão presentes e de que forma no objeto de estudo.

O último Capítulo trata de preceitos teóricos referente aos conceitos de segurança e preservação, pela dificuldade que se tem na diferenciação dessas ações. A ferramenta conhecida como gerenciamento de riscos recebe um espaço para sua identificação e metodologia de trabalho, com um espaço dedicado a explicação dos cinco agentes deterioradores acima citados e sugestões de respostas a estes itens analisados durante a monografia.

A temática de gerenciamento de riscos e segurança em museus precisa ainda de uma atenção especial pela escassez de bibliografias no panorama nacional. Sendo este, um dos aspectos relevantes da pesquisa, dentre os muitos já supracitados.

A pesquisa, como um todo, procurou seguir seus objetivos atendendo as problemáticas de forma multidisciplinar, ampliando a visão de museu e os agentes constitutivos desse espaço. O intuito é que ao fim desta monografia, ao identificar os riscos e suas possíveis respostas, o leitor aviste e amplie o campo de ações a se exercerem no que tange a segurança museal.

2 A CIDADE DE BLUMENAU E A CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU

2.1 A CIDADE DE BLUMENAU

*“Viu surgir o primeiro colono
O machado clareiras abria
Tombam selvas, e, qual desafio,
A pequena colônia surgia
Debruçada nas margens do rio”*

(Hino do Centenário de Blumenau – Eduardo Mário Tavares)

Blumenau é uma cidade colonizada por alemães com data de fundação oficial no dia 2 de setembro de 1850.¹ Data esta contrariada de seu fundador, Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, que reconhece apenas a fundação da cidade a partir da venda dos dez primeiros lotes em leilão público, que ocorreu apenas em 28 de agosto de 1852 (SILVA, 1950, p. 9). Dr. Blumenau nasceu dia 26 de dezembro de 1819, em Hasselfelde, na Alemanha não unificada (KIEFER, 1999, p. 27). Formado como farmacêutico e com Doutorado em Química, decidiu sair em uma jornada no Brasil.

A colônia Blumenau nasceu dos interesses de seu fundador ainda na Alemanha, que tinha um especial interesse no que dizia respeito a Emigração. Dr. Blumenau via no Brasil as possibilidades econômicas que seu País não proporcionava naquele momento, além de uma política mais repressora, diferente do que se via no Brasil, principalmente para

¹ A data de fundação foi decretada em 1900, pelo intendente municipal Dr. José Bonifácio da Cunha e a Câmara Municipal, para reconhecer a chegada dos dezessete primeiros colonos em Blumenau. SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. In: *Centenário de Blumenau. 1850-1950*. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950. p. 10.

imigrantes.² Em sua primeira estadia no Brasil, em 1846, veio com a perspectiva de representar a “Sociedade de proteção aos Emigrantes Alemães”, estimulado pelo apoio e propaganda do cônsul geral do Brasil na Prússia, Johann Sturz (SILVA, 1950, p.5).

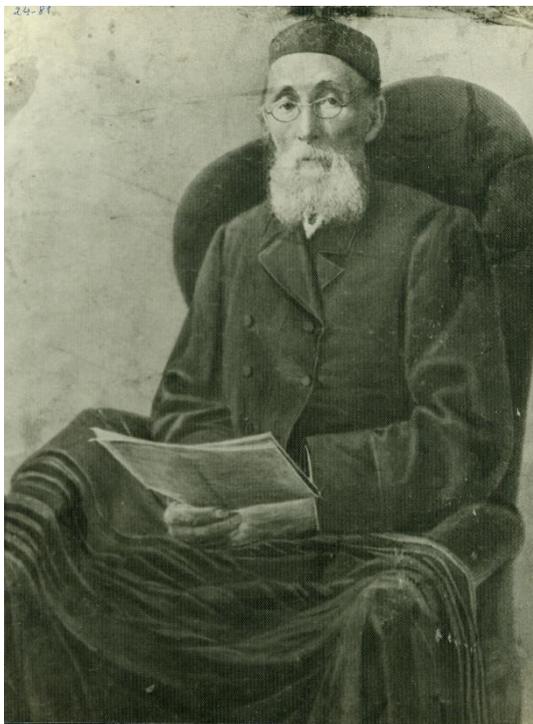


Figura 1 - Hermann Bruno Otto Blumenau
Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Após a definitiva compra das terras na província de Santa Catarina, atuando como empreendedor particular, voltou a sua pátria em busca de plantas e de instrumentos necessários para sua colônia, ao mesmo tempo

² A Alemanha, ainda não reconhecida como país unificado, vivia entre disputas de território e revoluções liberais. A falta de unidade econômica e política entre os 39 estados da Confederação Germânica era fruto das insatisfações que levavam a população ao interesse na emigração. Segundo Kiefer (1999), em 1846, a Alemanha enfrentava mudanças econômicas e o aumento da pobreza, sendo que 250.000 pessoas já haviam emigrado dos Estados Alemães.

que, procurou divulgar seu empreendimento para pessoas interessadas na emigração (KIEFER, 1999, p. 35).

Dr. Blumenau designou ao seu sobrinho Reinhold³ Gaertner a tarefa de guiar os primeiros colonos, desde a Alemanha até a barra do Velha (Ribeirão da Velha) (SILVA, 1950, p. 7). Foram setenta e dois dias para a chegada dos dezessete imigrantes. Reinhold Gaertner, Paulo Kellner, Francisco Sallenthien, Júlio Ritscher, Guilherme Friedenreich, Minna Friedenreich, Clara Friedenreich, Alma Friedenreich, Daniel Pfaffenrein, Frederico Geier, Frederico Riemer, Érico Hoffmann, André Kohlmann, Joana Kohlmann, Maria Kohlmann, Cristina Kohlmann, André Boettcher faziam agora parte da comuna de Blumenau (Idem, p.7).

A comuna pertenceu ao Dr. Blumenau até 1860, quando vendeu-a para o Governo Imperial Brasileiro. Nesse meio tempo, tiveram ocasiões de apoio financeiro dado pelo Governo Brasileiro à colônia. Mesmo após a venda, o fundador da cidade permaneceu no cargo de Diretor da Colônia (KIEFER, 1999, p. 27), até 1880, quando a mesma, foi elevada à categoria de município, já com uma população de 14.000 habitantes (Idem, p. 41).

Muitos problemas atingiram a colônia durante sua implantação e os primeiros anos de formação. O primeiro revés foi a sociedade com Fernando Hackradt, que não utilizou o dinheiro deixado a ele para organizar a colônia e deixá-la pronta para receber os primeiros colonos (SILVA, 1950, p. 7). Logo, a sociedade foi desfeita. Outro grande revés foram as enchentes rotineiras. Em seu primeiro ano de colônia, já existem registros da primeira enchente, ocorrida em março de 1851 (SILVA,

³ Alguns textos se referem a ele como Reinhold, outros Reinoldo, por isso, poderá aparecer com essas variações do nome, sendo registrado a forma que fonte informou. Mas todos falam sobre a mesma pessoa, sobrinho de Dr. Blumenau.

1974, p. 172). O sobrinho do fundador, Reinoldo Gaertner, disse em entrevista ao Jornal ‘Diário’ da Colônia:

Março trouxe as primeiras séries de contrariedades. Grandes chuvas provocaram a 15 deste mês uma enchente do Itajaí, que cobriu as plantações mais baixas, danificando seriamente o engenho e carregando com muita madeira que já estava serrada. (Idem)

Primeira das muitas que estavam por vir. Certo é que as enchentes acompanharam a história e que seguem atingindo esta cidade.

O município de Blumenau é visto a partir do sonho de seu fundador e dos valores que são constituídos para o sucesso da colônia. Os discursos de luta e progresso são recorrentes na história da cidade. A lembrança que “nossos antepassados construíram esta terra, desbravaram matas e enfrentaram selvagens⁴ para nos legar Blumenau, que é fruto de muito suor e lágrimas, muita luta e sangue” (FROTSCHER, 2000, p.189), é motivo de orgulho e de interesse na continuidade desses valores.

O progresso esteve sempre em seus discursos nas festividades de aniversário da cidade, exaltando o orgulho de Hermann Blumenau e os primeiros colonos que vieram compor a colônia, principalmente porque estes “serviram o Brasil, tal como se fossem dessa terra” (RAMOS, 1950). Segundo Frei Ernesto Emmendoerfer, presidente da Subcomissão do

⁴ Os selvagens citados por Frotscher eram os indígenas que habitavam a região do Vale do Itajaí antes da chegada dos imigrantes europeus. A região de Blumenau era habitada por índios Kaiangans, Xoklengs e Botocudos. (PREFEITURA DE BLUMENAU. História do Município. Fonte: <http://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/historia>). A identificação desses povos assumiu uma forma pejorativa, nomeando-os de bugres e qualificando-os como incivilizados (ALVES, 2000, p. 34 e 35). Foi através da vitimização do imigrante perante os problemas causados durante o processo de ocupação e desenvolvimento da Colônia que elevou características de superação e de trabalho nos primeiros imigrantes, tanto pelas provações quanto as enchentes, quanto por esta luta travada com os reais donos dessa terra (Idem, p. 33). Essa citação representa os discursos de vitimização e orgulho dos imigrantes que construíram a colônia, mas que não diz respeito aos ideais defendidos pela pesquisadora.

Livro do Centenário, “o que em 1850 era um sonho, quando muito uma esperança, em 1950 é grandiosa realidade” (EMMENDOERFER, 1950), ou seja, os sonhos e lutas desses primeiros imigrantes tornou-se os frutos colhidos pelos blumenauenses de ontem e hoje.

Um fato importante na história do município foi as atividades industriais, que partiram de famílias com pequenos comércios e se tornaram grandes apogeu econômicos. O intuito era garantir produtos industrializados, sem precisar sair da colônia. A formação dessas indústrias contribuiu para que as demandas referentes a subsistência fossem sanadas.

A Cia. Hering não foi a primeira indústria de Blumenau, mas é a mais antiga que permanece em funcionamento, sendo instalada na década de 1880.⁵

De uma cultura de subsistência para uma produção agrícola e extrativa que garantia o mercado regional e em alguns casos, os mercados nacionais, Blumenau alcançava uma autonomia econômica e um reconhecimento no âmbito nacional (LIMA; SANSON, 2008. p. 108). Nos anos seguintes, com recursos ganhos pela produção agrícola, promove-se um investimento nas indústrias locais, de forma que, Blumenau seja reconhecida até os dias atuais pelo empreendedorismo e a tradição das indústrias têxteis.

São através dessas memórias que percebemos a conjuntura social que se formou, e que constrói através de sua história um perfil comercial, social e cultural. O reconhecimento de crises e reviravoltas, faz com que a população cultive a ideia de progresso em propagandas e na simbologia

⁵ A indústria mais antiga da cidade data-se de 1868, sendo extinguida em 1876. DAY, Adalberto. Os 140 anos da Empresa Garcia. Fonte: <http://adalbertoday.blogspot.com.br/2008/12/os-140-anos-da-empresa-garcia.html>. Acessado em: 03/04/2015.

local. Mesmo que a cidade apresente um mosaico cultural na atualidade, seu discurso perpetua uma identidade local de trabalhadores, evocando o pioneirismo dos primeiros imigrantes.

Para isso, é importante citar personalidades que auxiliaram no processo de valorização do patrimônio cultural da cidade através da iniciativa de doação de edifícios de grande importância histórica para o município, feita por Edith Gaertner e Renata Rohkohl, para fins culturais. Além disso, contextualizar a situação geográfica do município é determinante no caso de uma pesquisa que visa entender as situações de riscos no qual o museu está inserido.

2.1.1 EDITH GAERTNER

Desde a formação da colônia, a família Gaertner esteve presente nas atividades relativas a sua construção. Primeiro com o sobrinho Reinholdo Gaertner, que teve a tarefa de trazer os primeiros imigrantes a colônia, além de ser um dos dezessete primeiros imigrantes que chegaram a Blumenau. O outro sobrinho, Victor Gaertner, comerciante e Cônsul da Alemanha também foi colaborador de Dr. Blumenau.



Figura 2 - Edith Gaertner

Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva



Figura 3 - Victor e Rosália Gaertner

Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Edith Gaertner foi a última moradora da casa datada de 1864. Nascida em 22 de março de 1882 em Blumenau e filha de Victor e Rosália Gaertner, sua vida foi dedicada a carreira de atriz (BLUMENAU EM CADERNOS, 1968, p. 135). Adquiriu interesse pelas artes na convivência com sua mãe, que havia fundado o grupo teatral na cidade e após a sua morte, aventurou-se trabalhando no Uruguai e conhecendo artistas na Argentina, que seriam referências para sua vida (Idem). Estudou na Academia de Arte Dramática em Berlim, na Alemanha, e exerceu uma significativa carreira artística, que lhe rendeu muitos elogios (Idem, p. 136).

Edith deixou sua carreira e voltou a Blumenau para auxiliar seus irmãos, que não haviam constituído família e necessitavam de cuidados (FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU, 1987, p. 13). Dedicou o restante de sua vida a atividades como leitura, o cuidado de seus gatos e as plantações, que hoje é conhecido como o Horto Florestal, onde pode-se encontrar espécimes trazidas pelo fundador da cidade (Idem). Foi neste Horto em que Edith Gaertner enterrava seus gatos e onde hoje, localiza-se um Cemitério dos Gatos.

Faleceu sem deixar herdeiros e com o desejo de manter o patrimônio de sua família sob o poder público, para usufruto da comunidade.

2.1.2 RENATA LUIZA ROHKOHL DIETRICH



Figura 4 – Renata Luiza Rohkohl Dietrich

Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Dentro do complexo museológico do Museu da Família Colonial, temos a casa com datação mais antiga da região, de 1858. Além de ser considerada a mais antiga, ela é importante por fazer parte da história administrativa da colônia. A edificação pertenceu a Hermann Wenderburg, o secretário da colônia, e nela, foram tomadas as decisões administrativas junto ao fundador da cidade, Dr. Blumenau. Logo após seu falecimento, foi adquirida por Paulo Schwartzer e herdada pela filha Edith Schwartzer, que era casada com o Cônsul da Alemanha em Blumenau, Otto Rohkohl.⁶ Por fim, Renata Rohkohl Dietrich recebeu de herança esta casa e ciente da importância histórica, doou ao município em

⁶ História do Museu da Família Colonial. Fonte: <http://familiacolonial.arquivodeblumenau.com.br/historia>. Acessado em: 06/04/2015.

1964 e com seu falecimento em 1997, foi incorporada ao patrimônio da Fundação Cultural de Blumenau.⁷

2.2 ARQUITETURA

As primeiras edificações para moradia dos colonos foram ranchos de madeira, que logo com a construção das suas casas, foram transformadas em abrigos para animais (SIEBERT, 2000, p. 17). A principal técnica construtiva utilizada pelos imigrantes foi o Enxaimel, conhecido por *Fachwerk* em alemão, e que “consiste de uma estrutura auto-portante de madeira com vedação em tijolos e telhado de acentuada inclinação.”⁸ O Enxaimel é uma técnica muito comum em locais de imigração alemã no sul do País, não restrito apenas a região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, mas também no Rio Grande do Sul.

A técnica do enxaimel foi muito utilizada pelos imigrantes, por ser uma herança cultural, mas também pela facilidade de matérias-primas, como a madeira, que era “barata e abundante” (FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU, 1987, p. 7). Diferente das construções alemãs, onde a dimensão, desenho e detalhes são maiores e mais elaborados, o enxaimel brasileiro foi mais simplificado e sem muitos ornamentos. Essa diferença está relacionada também a economia, onde a diminuição de materiais e recursos eram importantes (PEREIRA, 2015, p.31).

⁷ Idem.

⁸ AHJFS. Fundo: Fundação Casa Dr. Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Pasta Projeto de restauro e ampliação (etapa 1 - restauro emergencial da casa enxaimel de 1864). Edificação Enxaimel de 1864. Maio 1998. p. 9.

Duas das casas que compõe o Museu da Família Colonial possuem essa técnica construtiva, sendo uma a mais antiga existente da região, de 1858. As duas apresentam características similares às alemãs, sem varanda e anexo posterior para a cozinha, diferente das casas enxaimel que surgiram posteriormente em Blumenau.



**Figura 5 – Edificação de 1858 (a esquerda) e 1864 (a direita),
vista frontal do Museu**

Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Durante os anos, as casas passaram por restaurações e modificações internas, principalmente a datada de 1858, por ser habitada até 1997. A facilidade estrutural de desmontar e remontar, auxilia nos processos de restauro e identificação quanto a mudanças, pois todas as suas peças são numeradas. A existência de mestres artífices também auxilia na manutenção e salvaguarda dessa técnica nos dias atuais. As duas casas que compõe o complexo arquitetônico do Museu da Família Colonial estão entre os poucos exemplares dessa arquitetura na malha urbana da

cidade, que permanecem apenas em regiões periféricas (FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU, 1987, p. 7).

O Museu da Família Colonial é composto por um conjunto arquitetônico e paisagístico, onde se encontram duas casas enxaimel, já citadas, uma casa datada de 1920, um Horto Florestal e um cemitério de gatos. O corpo original das construções em enxaimel eram compostas de “estar, dormitório e cozinha no térreo, e quartos no pavimento superior” (PEREIRA, 2015, p. 36). Além disso, essas edificações são elevadas do chão, para que haja ventilação cruzada e o assoalho de madeira não apodreça (Idem, p. 41).



Figura 6 - Edificação de 1920

Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

A casa identificada com a data de 1920, foi construída pouco depois da casa de 1864, mas teve uma ampliação na década de 1920.⁹ Ela é feita

⁹ AHJFS. Fundo: Fundação Casa Dr. Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Pasta Projeto de restauro e ampliação (etapa 1 - restauro emergencial da casa enxaimel de 1864). Edificação Enxaimel de 1864. Maio 1998. p. 11.

de “alvenaria de tijolos maciços e preserva a volumetria das antigas edificações coloniais”¹⁰, atualmente é utilizada para administração do museu e exposições temporárias. Esta casa também possui uma pavimentação superior e tem uma elevação do chão, possivelmente com o mesmo propósito das outras.

As casas enxaimel já foram restauradas em algumas ocasiões, uma devido a enchente de 1983, reabrindo apenas em 1984, e a outra, na ocasião de centenário da morte do Dr. Blumenau e sesquicentenário da cidade, em 1999. Na primeira ocasião, foi graças a empresas regionais e a assistência técnica do Serviço Nacional de Museus¹¹, através da Fundação Pró-Memória que foi realizada a restauração (FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU, 1987, p. 8). E durante as festividades, foi através de doações da comunidade¹² e arrecadação feita por deputados (SASSE, 2011, p. 42).

O Museu da Família Colonial tem o conjunto arquitetônico tombado¹³ na instância estadual pelo Decreto nº 1.294 de 29 de outubro de 1996.¹⁴ A preservação dessas edificações está ligada ao entendimento do valor cultural que elas apresentam, tanto com relação a herança alemã, quanto a origem da cidade de Blumenau. É uma técnica construtiva de

¹⁰ Idem.

¹¹ Órgão instituído a partir da criação do Ministério da Cultura em 1986 e ligado ao SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Seu objetivo era a definição de uma política museológica participativa, na garantia da criação de sistemas regionais de museus para a representação nas discussões em âmbito nacional. (FRAGA, 2004, p.119)

¹² AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Imprensa. Restauração – 1999. Jornal A Notícia. Página C/03. 11/04/1999. “Museu da Família Colonial de Blumenau reabre em maio.”

¹³ O conceito de tombamento está ligado ao objetivo de “preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que [sejam] destruídos ou descaracterizados”. Cartilha Proteção Legal do Patrimônio Cultural. Fundação Catarinense de Cultura. p.4.

¹⁴ Bens Tombados – Blumenau. Fundação Catarinense de Cultura. Fonte: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/pagina/4351/blumenau>. Acessado em: 10/04/2015.

pouco uso na atualidade e por Blumenau conter uma quantia considerável de casas enxaimel fora da Alemanha, faz-se tão importante essa preservação. A terceira casa, datada de 1920 também é tombada pelo mesmo decreto, garantindo a permanência do conjunto arquitetônico, ou melhor falando, de uma cultura arquitetônica, que para Weimer (apud PEREIRA) seriam “todos os processos construtivos e de uso das construções de um determinado grupo social, numa determinada época.” (2014, p. 62)

2.3 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, VEGETAÇÃO E HIDROGRAFIA

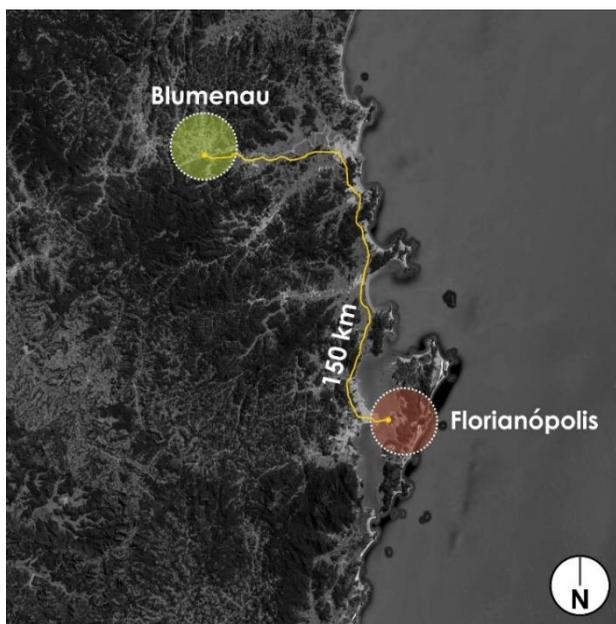


Figura 7 - Distância do município de Blumenau perante a capital do Estado, Florianópolis.

Fonte: Imagem do Google Earth (Adaptação)

A colônia surgiu às margens do Rio Itajaí-Açu pela facilidade de transporte e comércio regional. A sua implantação se deu através de lotes unifamiliares com cerca de 150 a 300 metros de testada, por 1000 metros de comprimento, distribuídos ao longo de picadas que acompanhavam os rios e ribeirões.¹⁵ Foi na foz do Ribeirão da Velha que se abriu a primeira clareira e construiu-se a primeira casa, mas foi na foz do Ribeirão Garcia com o Rio Itajaí-Açu que se constituiu o *Stadtplatz*¹⁶.

Blumenau está situada em uma região que apresenta “grandes e inúmeras diferenças de altitudes e declives”,¹⁷ sendo que, a região sul do município é caracterizada pelas serras e a região norte, pelos vales. A cidade é cortada pelo Rio Itajaí-Açu, no sentido oeste-leste, que possui diversos afluentes e já protagonizou muitas enchentes no município, desde seu primeiro ano de colônia.

A vegetação local é conhecida por Mata Atlântica, sendo que 70% da população brasileira vive neste bioma. Caracteriza-se por uma diversidade de ecossistemas florestais, tendo uma flora diferenciada apenas pelo clima local.¹⁸ Com a vegetação luxuriante da Mata Atlântica e a paisagem condicionada pelas encostas dos morros, se forma o tecido urbano (SIEBERT, 2000, p.3).

¹⁵ AHJFS. Fundo: Fundação Casa Dr. Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Pasta Projeto de restauro e ampliação (etapa 1 - restauro emergencial da casa enxaimel de 1864). Edificação Enxaimel de 1864. Maio 1998. P. 5.

¹⁶ Segundo o Eurodicionário Alemão Langenscheidt, *Stadt* significa centro da cidade e *Platz* significa praça. Em uma tradução literal, *Stadtplatz* seria a praça do centro da cidade, mas seu real significado remete ao centro da povoação das cidades, e em muitos lugares é visto como Centro Histórico.

¹⁷Dados Geográficos. Prefeitura Municipal de Blumenau. Fonte: <http://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/as5d1a5sd4a4sd>. Acessado em: 10/04/2015.

¹⁸ Bioma Mata Atlântica. Fonte: <http://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica.html>. Acessado em: 06/04/2015.

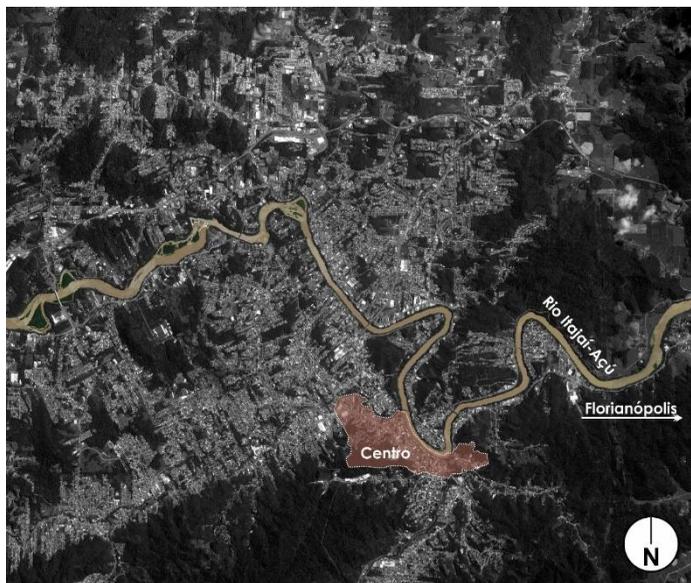


Figura 8 - Relação do Rio Itajaí-Açu com a malha urbana de Blumenau

Fonte: Imagem do Google Earth (Adaptação)

O clima da cidade é considerado temperado quente, garantindo a definição das quatro estações (primavera, verão, outono e inverno) (SANTOS, p. 226), “com ventos médios soprando do quadrante leste. As temperaturas médias variam de 16 a 27°C.”¹⁹ A pluviosidade é alta, garantindo uma umidade alta na cidade, sendo um dos fatores para deslizamentos na cidade, juntamente com fatores geológicos, topografia e ocupação humana.

¹⁹ Dados Geográficos. Prefeitura Municipal de Blumenau. Fonte: <http://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/as5d1a5sd4a4sd>. Acessado em: 10/04/2015.

As edificações do Museu da Família Colonial se localizam no Centro Histórico, na região central da cidade, tendo em sua frente a Alameda Duque de Caxias e aos fundos do lote um Horto Florestal seguido do Ribeirão Garcia que desagua no Rio Itajaí-Açu. As condições geográficas do local onde está o Museu influenciam diretamente na temperatura e umidade, como também a pluviosidade, ocasionando em enchentes. A sua cota de enchente fica em torno de 11 metros, sendo que com 10 metros ruas próximas já se encontram inundadas.²⁰



Figura 9 - Relação Hidrológica com o Centro Histórico de Blumenau

Fonte: Imagem do Google Earth (Adaptação)

Ciente das diversas adversidades em que o museu está inserido, já no âmbito geográfico, faz-se importante a análise desses riscos, para que seja possível apontar soluções ou meios de amenizar a perda desse patrimônio cultural da cidade.

²⁰ Consulta no site da prefeitura a cota para a Alameda Duque de Caxias. Fonte: <http://www.blumenau.sc.gov.br/previsao/wpcotas.aspx>. Acessado em 11/04/2015.

2.4 MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL

Na cidade de Blumenau, a preocupação com a perpetuação da memória social dos primeiros imigrantes esteve presente na maior parte das atividades. Os cem anos de aniversário da cidade foram dedicados a exaltação da história local e de construção de simbologias, sendo uma delas a criação do Museu da Família Colonial, ainda não denominado dessa forma. Uma das tantas atividades desenvolvidas pela Comissão Executiva do Centenário²¹ foi o “Lançamento da pedra fundamental da ‘Casa Doutor Blumenau’,” com o intuito de servir de arquivo, museu, biblioteca e centro de estudos das coisas de Blumenau (EMMENDOERFER, 1950).

Já no contexto da festividade, o Museu teve sua primeira atividade, quando a comunidade, interessada na garantia dessa memória, realiza uma exposição de móveis, porcelanas, utensílios e objetos que retratavam o cotidiano dos imigrantes alemães da região do Vale do Itajaí.²² A festividade procurou retratar-se como um “momento de reconhecimento cívico aos que construíram no passado e trabalham no presente a grandeza da comuna privilegiada” (RAMOS, 1950).

Dentro deste contexto festivo, a sobrinha-neta de Dr. Blumenau, Edith Gaertner, filha do comerciante Victor Gaertner, propõe a doação do

²¹ Central Executiva do Centenário: foi uma organização com o objetivo de organizar os festejos do centenário. Foi dividida em diversas subcomissões, dentre elas: livro comemorativo, finanças, festejos e acomodações, exposições, propaganda e programa dos festejos, e etc.

²² AHJFS. Fundo: Fundação Casa Dr. Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Pasta Projeto de restauro e ampliação (etapa 1 - restauro emergencial da casa enxaimel de 1864). Edificação Enxaimel de 1864. Maio 1998. P. 7.

terreno de sua família que compunha uma área de 1.755 m²,²³ que garantiria o caráter histórico e o patrimônio natural que ali existia, mas que seria utilizado apenas depois de seu falecimento.

A Fundação da “Casa Dr. Blumenau” foi garantida pela lei nº 353 de 30 de julho de 1952, dois anos após o centenário da cidade, determinando sua instalação nas residências doadas e vendidas por Edith Gaertner e de herdeiros de Rose Gaertner, e também que a fundação teria apenas fins culturais. A ideia era de que a entidade tivesse a responsabilidade por conservar imóveis, móveis, utensílios e outros objetos ligados aos colonos, suas famílias, seus usos e costumes, como também conservar e respeitar as tradições que nos foi legada.²⁴

Em um primeiro momento, a Fundação da “Casa Dr. Blumenau” trabalha como uma Associação de Amigos de Blumenau. Com a morte de Edith Gaertner, em 15 de setembro de 1967,²⁵ o “Governo Municipal confiou ao historiador José Ferreira da Silva a organização e direção do Museu” (FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU, 1987, p. 4). A inauguração do museu se deu no ano seguinte, com o discurso de José Ferreira da Silva, exaltou que a riqueza do museu não está no seu valor monetário, mas no que ela representa. Nele se apresenta uma lição quanto ao “panorama do passado”, daqueles que se sacrificaram pela fé no futuro

²³ AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Departamento Histórico e Museológico. Sub-grupo: Museu da Família Colonial. Série: Relatórios 1996-2014. Relatório de Atividades 1997. p. 22 Panfleto distribuído no Museu sobre Edith Gaertner.

²⁴ AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Série: Catálogos/Movimento-Visitantes/Processamento técnico/Publicidade/Classificação – objetos/Contrato – doações/ Movimento financeiro 1975-1982/ Selos/Folders/ Roteiro de visitas/Convites. Ligeiro histórico e Catálogo das peças existentes no Museu da Família Colonial e Horto Botânico <Edite Gaertner>. Blumenau, SC: 1972/73. p. 1.

²⁵ Idem, p. 3.

da comunidade, apelando pelo civismo e afetividade que causará nos seus visitantes.²⁶

A formação do museu está vinculada também a uma década de grande importância para a formação dos museus nos contextos estaduais e municipais. É no final da década de 60 e início da década de 70 que a Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)²⁷, iniciou atividades que garantiriam o patrimônio cultural brasileiro, a partir das suas representações estaduais e municipais, garantindo um engajamento conjunto pela causa (GONÇALVES, 2011, p. 2).

Na década de 1980, a Fundação Pró-Memória (CHAGAS; NASCIMENTO JR, 2007, p. 17), juntamente com o Programa Nacional de Museus, desenvolveu projetos de revitalização de museus brasileiros, sendo um deles, o Museu da Família Colonial. Devido a enchente ocorrida em 1983, foi necessário o auxílio do projeto, no qual duas museólogas, Ana Maria Siems Forte e Célia Corsino, auxiliaram transmitindo seus conhecimentos técnicos e preparando o pessoal.²⁸

Desde 1995, a Fundação da “Casa Dr. Blumenau” passou a se denominar Fundação Cultural de Blumenau,²⁹ como entidade na qual o Museu da Família Colonial e outras Instituições Culturais estão vinculadas. Sua administração e patrimônio fazem parte da autarquia que a Fundação Cultural de Blumenau exerce.

²⁶ AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Série: Histórico/Projetos Arquitetônicos/ Legislação. Imprensa. Jornal A Nação. 2ª Página. 11/11/1968. “Inauguração do Museu da Família Colonial.”

²⁷ Atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

²⁸ AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Série: Histórico/Projetos Arquitetônicos/ Legislação. Histórico do museu. Folha 2. (Sem título)

²⁹ Lei Complementar nº 108/95, que altera a denominação, dispõe sobre a estrutura administrativa da Fundação “Casa Dr. Blumenau”, revoga a Lei complementar nº 22/91, e dá outras providências.

O Museu da Família Colonial localiza-se na primeira rua da colônia, hoje conhecida como Alameda Duque de Caxias, e popularmente conhecida por Rua das Palmeiras. A região em que se encontra o Museu foi denominada outrora *Stadtplatz* e hoje, o Centro Histórico do município.

O complexo museológico tem quase 2.000 m², composto por três casas tombadas e um Horto Florestal, onde localiza-se o cemitério de gatos, que faz parte da visitação. É um conjunto de casarios, que constituem a história de Blumenau, sendo um o mais antigo da cidade, de 1858, outro de 1964, que foi doada à prefeitura por Edith Gaertner. A terceira casa data-se a década de 1920, também pertencendo a família Gaertner.

O Museu da Família Colonial pode ser reconhecido como museu-casa histórica, onde sua proposta está vinculada ao “conhecimento e a representação da história” e que há uma “íntima ligação”, entre “edifício, a coleção e a personalidade do seu proprietário” (JORNADA MUSEOLÓGICA, 2002, p. 23). Ele quer ser um “retrato da imigração alemã no sul do Brasil”,³⁰ ao mesmo tempo que quer demonstrar as vivências dos personagens que foram donos desses casarios. O Museu se insere em uma categoria que pretende demonstrar a vida social dos imigrantes, suas intimidades e vivências dentro do contexto dessas casas.

O museu tem como seu acervo inicial móveis e objetos pertencentes às famílias Blumenau, Gaertner e antigos moradores da Colônia Blumenau. Suas plantas exóticas compõem o acervo natural do

³⁰AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Série: Histórico/Projetos Arquitetônicos/ Legislação. Artigo redigido por Sueli M. V. Petry intitulado “Museu da Família Colonial, uma visita obrigatória”, fazendo um breve histórico do Museu. P. 2.

museu, que foram plantados pelo próprio fundador da cidade (FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU, 1987, p. 5). No relatório do Projeto Documentar para Conservar, com conclusão em 2014, foi identificado pela museóloga Franciele Maziero, que o museu possui “uma grande variedade de objetos”, dentre eles: “históricos e etnológicos, arqueológico, sacro, artístico, numismática, entre outros.”³¹



Figura 10 - Horto Florestal, caminho até o Museu da Família Colonial

Fonte: Acervo Pessoal (2015)

³¹ AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Departamento Histórico e Museológico. Sub-grupo: Museu da Família Colonial. Série: Relatórios 1996-2014. Projeto Documentar para Conservar: conclusão da catalogação do acervo do museu da família colonial – Blumenau. Relatório: 1º Mês – 13 de janeiro de 2014/13 de fevereiro de 2014. P. 1.



Figura 11 - Cemitério de Gatos
Fonte: Acervo Pessoal (2015)

Com quase 50 anos de existência, o Museu da Família Colonial permanece com seus objetivos de salvaguarda e preservação das memórias referentes as famílias pioneiras da Colônia Blumenau, realizando projetos de documentação, com calendário de atividades e também, a proximidade com o Sistema Estadual de Museus, criado em 1991, e que tem auxiliado cada vez mais na qualificação e fortalecimento do campo museal no Estado de Santa Catarina.

O primeiro Capítulo procurou estabelecer uma relação com a cidade de Blumenau, sua história, geografia, memórias e a construção do museu que serão necessárias para o entendimento do funcionamento da instituição museológica estudada. Adiante, no segundo capítulo serão estudados o funcionamento do Museu da Família Colonial, através do diagnóstico museológico, em uma avaliação dos procedimentos que ocorrem a instituição, dentre eles, perpassam a gestão, conservação,

pesquisa e demais pontos, entendendo que todas as atividades do museu, fazem parte de uma cadeia operatória, portanto, quando uma delas está inacabada ou com problemas, irá interferir na seguinte. Antes disso, ainda será feito um breve histórico da formação dos museus, para entender as mudanças de conceitos, até o entendimento do conceito de museu-casa, no qual o Museu da Família Colonial se aplica.

3 ENTRE TEORIA E PRÁTICA: MUSEUS E O DIAGNÓSTICO MUSEAL

*Em devir os museus são potência,
ainda que possam ser capturados
pelo sistema; são minas propícias à
criação do novo, ainda que possam
reproduzir e até mesmo exaltar os
equivocos do passado.*

Mario Chagas, Denise Studart
e Claudia Storino

3.1 HISTÓRIA DOS MUSEUS

O termo museu tem origem na Grécia Antiga, com o *mouseion*, a casa das musas, consideradas as donas da memória, e garantindo neste espaço um repouso a mente, a fim de dedicar-se as artes e as ciências (SUANO, 1986, p.10), mas há indícios que a ideia de museu surgiu já no segundo milênio a.C., na Mesopotâmia, com as coleções de antiguidades dos reis que eram utilizadas para fins educativos (LEWIS, 2004, p.1). O conceito e a denominação não eram o mesmo, apenas a ideia de preservar e transmitir a memória.

Com o interesse na salvaguarda de objetos relativos ao passado pela importância econômica e política, os nobres e a igreja iniciaram coleções, já na Idade Medieval (LEWIS, 2004, p.1). A formação de coleções está relacionada a uma marca de poder e prestígio social, sendo o colecionador o classificador e propagador das coleções, garantindo a elas um valor simbólico e econômico. Segundo Gonçalves,

[...] a “coleção” é instituição universalmente conhecida, presente em toda e qualquer

coletividade humana, nas modernas sociedades complexas, assim como nas chamadas “sociedades primitivas”, e nas sociedades complexas tradicionais. (2007, p. 46)

As coleções fazem parte da sociedade desde a antiguidade e de um interesse social, político ou econômico por trás de seu uso. O princípio da coleção está no conceito latim de: “colher, escolher e recolher” (SANTOS, 2012, p. 51). Objetos são liberados do seu uso cotidiano e inseridos na coleção com valor de posse/troca pela sua essencialidade, sendo parte de um processo de seleção. Para Baudrillard, “o objeto puro, privado de função ou abstraído de seu uso, toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção” (2004, p. 94), partindo de seu colecionador e sua seleção, os significados que serão atribuídos ao mesmo.

O colecionismo é a base da construção dos museus. “O museu e seu caráter ‘permanente’ torna-se uma solução para quem busca ‘salvar’ os objetos de sua natural destruição.” (ALMEIDA, 2012, p. 185). Almeida apud Cardoso (2010, p. 20) cita que:

A ‘história’ dos museus está ligada as questões dialéticas entre o objeto e o homem, uma vez que por medo de perdermos as referências, preservamos e refletimos a nossa existência nos mesmos.

Sendo assim, a construção dos museus está totalmente ligada a necessidade de garantirmos a manutenção e propagação das memórias selecionadas por esses colecionadores, a fim de garantirmos referenciais de nossa existência.

No século XVIII, segundo Bourdieu, os museus assumiram o papel de delegar uma cultura através da admiração de objetos que propagassem tradições. (BOURDIEU apud ALMEIDA, 2012, p. 188) Os museus fizeram parte da construção do imaginário burguês. Ter uma coleção garantia o status erudito e pedagógico ao fundador e quem a frequentava.

Segundo Almeida, a relação entre coleção e museu está ligada a aparelhamentos ideológicos, que ditam juízos de valores, como também pela possibilidade de sobrevivência, mesmo com a morte de seus fundadores (2012, p.185). O museu é a alternativa para garantir a permanência dessas coleções, como do colecionador em si.

É ainda no século XVIII que muitas coleções principescas e eclesiásticas são doadas ao Estado para benefício do público. Mesmo com essa “abertura” das coleções, esses museus vão servir como enciclopédias, garantindo conhecimentos e pesquisas para uma seleta parte da população. É no século XIX que surge a iniciativa de museus nacionais, a fim de conscientizar e desenvolver a identidade nacional, (LEWIS, 2004, p. 4) em meio as disputas para garantir seus territórios e doutrinar a população quanto o que é relativo a nação.

No Brasil, foi ainda no século XIX que surgiu o Museu Real (atual Museu Nacional), criado no em 1818 e aberto em 1821, e que apresentava, num primeiro momento, um acervo pesquisas de naturalistas. Sua perspectiva voltava-se para a pesquisa e propagação de conhecimentos, como a maioria dos museus de sua época.

Na segunda metade do século XIX é que se percebe a importância do processo educativo dos museus, para atingir as classes mais baixas da população, que não se sentia a vontade para visitar essa instituição que

não os representava, na arquitetura e na exposição. (SUANO, p.38) É o momento no qual as riquezas antes expostas com o orgulho, são identificadas como barreira de acesso para a população geral. Segundo Cury, a ideia de tornar as coleções públicas, não torna o museu acessível a todos os públicos, pois parte de interesses e valores particulares ao indivíduo e a visão de mundo que ele possui. (2005, p. 35)

Só no século XX, na busca de um pensamento museológico, surge as discussões a respeito das funções da instituição museal e a procura pela aproximação da sociedade com o patrimônio cultural. (CURY, 2005, p. 37) Em 1946, é criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM)³², na esfera da UNESCO³³, tendo representantes de alguns países para colaborar nas discussões e proposições, sendo um deles, o Brasil. (JULIÃO, 2006, p.24) A mesa redonda de Santiago, do Chile, em 1972, é um grande marco para a construção do conceito de museu integrado, sendo visto como um elemento integral e orgânico de uma estrutura social e cultural maior, ultrapassando as amarras tradicionais de acesso ao museu para grupos privilegiados e conscientizando de assuntos de relevância para a sociedade.

³²O ICOM (sigla para International Council of Museums ou Conselho Internacional de Museus) É uma organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO. Reconhecida como uma associação profissional sem fins lucrativos financiada predominantemente pela contribuição de seus membros, por atividades que desenvolve e pelo patrocínio de organizações públicas e privadas. As atividades do ICOM correspondem às necessidades e desafios da profissão dos museus. Fonte: http://icom.org.br/?page_id=4. Acessado em: 03/05/2015.

³³ A UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization ou Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) faz parte do Sistema das Nações Unidas e trabalha em estreita colaboração com um amplo leque de organizações regionais e nacionais. Entrou em vigor no dia 4 de novembro de 1946. A UNESCO é a única instituição das Nações Unidas dotada de um sistema de Comissões Nacionais. Atuantes em 196 Estados-membros e Membros Associados, essas Comissões constituem um vínculo vital entre a sociedade civil e a Organização. Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001887/188700por.pdf>. P. 33. Acessado em: 03/05/2015.

(NASCIMENTO JR; SANTOS; TRAMPE, 2012, p. 103) A Declaração de Caracas, em 1992, atribuiu ao museu a função de servir como interação da comunidade com o processo e os produtos culturais, através de espaços e meios de comunicação. (CURY, 2005, p. 37) As mudanças acima descritas, são algumas dentre as inúmeras ocorridas no século XX, relacionadas a nova postura dos museus e das diretrizes a serem seguidas adiante, destacando o potencial de transformação social para essa instituição e garantindo um perfil democrático a mesma.

Atualmente, as discussões relativas as funções do museu e sua adequação a realidade social continuam, em uma perspectiva de entender suas ações perante o mundo, na constante reflexão sobre ela mesma. Para entender melhor o que tem se entendido por museu, a discussão a seguir, permeará o seu conceito e a aplicabilidade dentro do contexto do estudo de caso, no Museu da Família Colonial, com a definição de museu-casa.

3.2 O CONCEITO DE MUSEU E MUSEU-CASA

A instituição museal passou por várias reformulações durante os anos, acompanhando as transformações sociais, políticas e culturais. O museu faz parte do patrimônio cultural da sociedade e não deve ser vista como algo acabado, mas pela sua constante transformação e ressignificação.

O conceito de museu mais conhecido e transmitido é o do ICOM, caracterizando-o como:

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio

material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (ICOM apud CÂNDIDO, 2014, p. 17)

A definição do ICOM abre portas para diversas compreensões, com tendências para o lado tradicional em algumas perspectivas, e para outros, um caráter transformador. A palavra permanente é o grande foco da discussão, que exalta um contexto passivo e fixo ao tempo. Sendo que, pode ser pensado como algo que perdura, mesmo com o passar do tempo, continua exercendo suas atividades, acompanhando as transformações sociais.

Seguindo a mesma linha, para o Estatuto dos Museus, regulamentado pelo decreto 8.124/2013,

o museu é uma instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (Título I, capítulo I, art 2º, inciso IX)

Ambas as conceituações, elevam as atribuições do museu para garantir seu caráter social. Para Waldisa Rússio, o museu é o cenário no qual ocorre a relação “entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte de uma realidade da qual o homem também participa, e sobre a qual tem poder de agir”, ou seja, o fato museológico. (BRUNO, 2010, p. 180) Há uma ação entre o ser conhecedor e o acervo da instituição para o reconhecimento da mesma como museu.

Por ser uma instituição em constante transformação e não acabada, firmada por paredes cimentadas, o museu servirá a missão conforme a intenção na qual foi criado. Já em 1972, com a Mesa-redonda de Santiago, suas resoluções apresentavam as ações do museu como parte integrante do entendimento dos problemas contemporâneos, para o comprometimento com as mudanças adiante. Sendo o museu uma “instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante, e que traz consigo os elementos que lhe permitem participar da formação da consciência das comunidades que atendem.” (NASCIMENTO JR; SANTOS; TRAMPE, 2012, p. 116)

Entendendo que o museu possui diversas conceituações e suas variações são atribuídas pelos seus papéis, pode-se verificar em Hugues de Varine (2013), a sugestão de dois conceitos de museu, o tradicional, no qual a “instituição é permanente, contendo coleções de objetos, gerido por pessoal científico especializado, dirigido ao público, abrigado em um ou em vários edifícios adaptados para este uso, utilizando a linguagem da exposição”, ou o evolutivo, “consistindo em um processo de longo prazo, sobre um território, para uma população, com o patrimônio ancorado na cultura viva desta, utilizando a linguagem do objeto.” (p. 201) Os dois conceitos garantem as suas atividades sociais, mas com ações diferenciadas, entendendo a realidade em diferentes visões de mundo.

Por acompanhar as transformações da sociedade, as rupturas e as releituras estão presentes nos processos museológicos. O termo museu, recebe diversas conceituações, dentre as poucas que são citadas acima, mas são as atribuições qualitativas, que definem suas características e as ações que irão seguir. No caso do Museu da Família Colonial, como já apresentado, se enquadra no conceito de museu-casa.

O Museu-casa ou casa-museu, como pode ser conhecido também, é entendido pelo seu contexto: edifício, acervo e personalidade. É uma instituição que guarda através de seus objetos e da arquitetura, as vivências e lembranças de uma pessoa/família, como meio de rememoralas. (AFONSO; SERRES, 2014, p.4) A experiência apresentada nessa tipologia de museu, procura dar o sentimento de estar em casa, não pelas similitudes com as suas vivências, mais pela situação no qual é colocado a imaginar. (Idem, p. 5) Ou seja, ele apresenta um modelo de ordem social, e garante, mesmo que não seja objetos de sua casa, uma memória constituída das vivências no ambiente privado.

A classificação na qual o Museu da Família Colonial se encaixa é a dos museus-casas históricas, pelo seu status de residência. Segundo Puig (2011),

Edifício, coleção e proprietário não estão desvinculados e, por isso, as relações estabelecidas entre eles favorecem a comunicação, permitem uma melhor interação com o espaço visitado e, fundamentalmente, a possibilidade de vir a perceber um determinado período histórico e a sociedade nele compreendida. (p. 25)

Cada museu-casa apresentará um cenário, dando vida a histórias e vivências de personagens diferenciados e provocando reflexões a respeito de seus objetos/documentos. Segundo Leite (2011), o conceito de museu-casa se estabelecer na relação dimensão privada-pública, onde a intimidade recebe a atribuição pública através do museu. (p. 45)

Em 1997, em uma conferência do ICOM realizada em Gênova, o conceito de museus-casas históricas já recebia atribuições, mesmo que ainda não denominado dessa forma:

Os edifícios históricos, inabitados formalmente, agora são abertos ao público, mostrando sua mobília original e sua coleção histórica, cultural, artefatos nacionais, preservando o espírito dos moradores ilustres e, ligado à memória histórica da comunidade, devem ser considerados uma categoria especial de museus. (DEMHIST apud PUIG, 2011, p. 24)

O Museu da Família Colonial é um exemplo de museu-casa histórica no qual foi doada por duas senhoras, Edith Gaertner e Renata Dietrich, para se tornar parte integrante do patrimônio cultural da cidade de Blumenau. Suas casas são produto da imigração na cidade, o mobiliário remonta as vivências de suas épocas e as personagens, são edificantes para o entendimento da dinâmica do espaço.

Outro caso, que pode ser utilizado como exemplo, é o Museu Casa de Rui Barbosa, que foi inaugurado em 1930, sendo um dos primeiros museus dessa tipologia no país e que possui a diferença de ter a casa vendida ao governo brasileiro após a morte de Rui Barbosa, ao invés de ser doada. O museu retrata o ambiente de uma casa, representando as vivências do ambiente privado, com o cenário construído da forma deixada por seus antigos moradores. A importância do personagem histórico de Rui Barbosa é exaltado na construção e no discurso do museu.³⁴

Portugal também possui casas-museus, sendo uma delas a Casa Museu Teixeira Lopes, do município de Gaia, que foi doada pelo próprio António Teixeira Lopes e toda sua coleção, remontando sua vivência, pois esta foi construída pelo seu irmão, para funcionar como residência e

³⁴ Texto com base no site da instituição. Fonte: http://www.casaruibarbosa.gov.br/paracriancas/interna.php?ID_M=6. Acessado em: 05/05/2015.

atelier. Além da importância do edifício e sua coleção, a personalidade do artista é exaltada e recebe sua valorização.³⁵

Mesmo com o conceito estabelecido e difusão no âmbito museal, essa tipologia de museu, segundo Puig (2011), tem desafios importantes no que tange a gestão institucional. Sua principal dificuldade está na adaptação da casa para o funcionamento do museu, onde espaços utilizados para o convívio privado, passam a ser utilizados como instituição pública, com uma circulação maior de pessoas em um ambiente não preparado para isso. Sendo esses, apenas alguns dos desafios para os gestores da instituição. Por isso, essa tipologia de museu não é caracterizada, em sua maioria, por superproduções em suas exposições, pois isso não cabe ao seu conceito e ao seu espaço, obedecendo dinâmica da história e personagens no qual está representando (CABRAL apud ABREU, 2009, p. 118).

A partir dos conceitos de museu e museu-casa históricas, pode-se verificar que a instituição vem se reinventando e transformando-se em conjunto com as demandas sociais. Museus são vivos e acompanham a dinâmica social. Hoje, o Museu da Família Colonial se apresenta em conformidade com essa tipologia, mas que em alguns anos, pode se reestruturar, com novas possibilidades de ações técnicas e metodológicas, mesmo que seus princípios sejam os mesmos.

Como “o diagnóstico é a primeira etapa para se pensar ou repensar um museu” (CÂNDIDO, 2014, p. 202), esta será a primeira ação para o desenvolvimento do estudo de caso, como meio de entender a “cadeia operatória” em que o museu está inserido, os caminhos já

³⁵ Texto com base no site da instituição. Fonte: http://www.cmgaia.pt/portais/_cmg/Categoria.aspx?categoryOID=F182808080E580GC. Acessado em: 05/05/2015

seguidos, para assim, trilhar novos caminhos na mesma direção, ou outros caminhos possíveis.

3.3 DIAGNÓSTICO MUSEAL

O diagnóstico museal é uma ferramenta de auxílio a gestão do museu, pois este abarcará informações do funcionamento do museu e suas capacidades de se desenvolver para o futuro. Segundo Neves,

[...] o diagnóstico deverá, sempre, ser a primeira etapa para se pensar, ou repensar, as instituições museológicas, pois a partir dele pode-se avaliar a potencialidade do acervo, as necessidades inerentes à cadeia operatória museológica, como forma de planejar com responsabilidade a implantação (ou não) de um museu. (apud CÂNDIDO, 2014, p. 86)

Dessa forma, pode-se entender o diagnóstico como a base constitutiva do museu, pois ele avaliará tanto em sua aplicabilidade antes de uma criação, como nas suas atividades cotidianas, a fim de garantir sua realização juntamente com o cumprimento da sua missão institucional.

Por tratar-se de uma atividade de análise ampla do museu, deve ser feito periodicamente, de forma a retratar a instituição como um todo. O diagnóstico traça o caminho no qual o museu vai seguir, pois suas resoluções servirão de base para a sua autorreflexão. Ciente de que essas resoluções tratam-se de questões para aquele momento e que novos diagnósticos devem ser feitos, a fim de otimizar as atividades realizadas pelo museu. O museu é vivo e constantes reflexões devem ser realizadas para que suas funções continuem sendo exercidas. Segundo Rússio (apud

Cândido), “a ação transformadora dos museus começa pela reflexão nova que eles fazem sobre si mesmos.” (2014, p. 52)

O diagnóstico não é uma ferramenta que busca ofuscar ou denegrir a instituição, pelo contrário, cria possibilidades e traça caminhos. Para Cândido, “para perceber [as] facetas, bem como para fazer as escolhas, é necessário o domínio de um conceito de museu ideal,” (2014, p. 52) entendendo até onde a instituição tem como chegar, sempre buscando melhorar.

É importante ressaltar que o diagnóstico museológico deve atingir a todos os setores e serviços por entender-se que o museu funciona como um círculo, que a partir do momento que uma das ações não é realizada ou não funciona como o planejado, influenciará na próxima. Como é o exemplo de Cândido estabelece a correlação entre a conservação com a política institucional e a edificação do museu. (2014, p. 88)

“Um dos métodos de diagnósticos utilizados atualmente é o a análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats), citando pontos fortes, fracos, oportunidades e dificuldades.” (CÂNDIDO, 2014, p. 80) Sua análise é superficial e primária, mas que auxiliará em um primeiro momento com uma visão genérica da instituição.

Dentro do estudo de caso no qual se encontra o Museu da Família Colonial, o diagnóstico será feito com base na vivência institucional pelo estágio curricular obrigatório, por isso, não é uma construção em conjunto com uma equipe de profissionais envolvidos na instituição, como deveria ocorrer. De forma que, em alguns pontos, a análise se dará de forma superficial, abarcando principalmente aos aspectos relativos a segurança no Museu da Família Colonial, relacionando esta primeira etapa de

análise com base nos dados, levando em conta alguns riscos: enchentes, incêndios, temperatura, umidade e dissociação.

3.3.1 MODELO DE DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA

A construção do diagnóstico se deu como forma de entender alguns tópicos relativos aos programas contemplados no Plano Museológico, implementado pela Lei 11.904/09, que institui o Estatuto de Museus e regulamentado pelo Decreto 8.124/14. Os programas servem de base para entender o funcionamento do Museu em um panorama geral, por isso, faz-se importante uma análise desses itens em um diagnóstico institucional. Sendo importante ressaltar que o Plano Museológico é um dever da instituição museal, determinado por esta legislação, podendo seguir ou não todos esses programas, dentro de suas particularidades.

Para o entendimento de certos pontos relativos a gestão de riscos, foram elencados cinco agentes de deterioração para serem analisados no contexto do Museu da Família Colonial, a fim de trabalhar proposições para essa Instituição, não determinando que não exista os outros riscos. A escolha dos cinco agentes de riscos se deu devido as particularidades da região estudada, que possui um histórico de problemas, principalmente no que tange aos recursos hídricos. A cidade tem histórico de incêndio³⁶ em seus patrimônios culturais, lembrando que todo e qualquer ambiente onde são desenvolvidas atividades humanas está passível de ocorrer

³⁶ O incêndio no Arquivo Histórico Municipal, em 1958, é o mais conhecido na cidade e será explicitado mais adiante. Mas ainda neste ano, ocorreu o caso de um prédio tombado, utilizado como residência sofreu com um incêndio. (JORNAL DE SANTA CATARINA. Incêndio destrói quarto de casarão tombado no bairro Itoupavazinha em Blumenau. Geral. 21/05/2015) E casos como estes, são comuns em prédios antigos e tombados, pela dificuldade em adaptações para usos atuais.

incêndios (ONO; MOREIRA 2011, p.11). Por ser um museu com uma longa caminhada, os acervos mais antigos doados foram deixados sem informações, auxiliando o processo de dissociação.

No que cabe ao estudo de caso, foi realizado um estudo dos diagnósticos existentes para a segurança dos museus e uma leitura pertinente a área, para o desenvolvimento de um diagnóstico adequado para o caso deste trabalho, pois o tempo de estudo é pequeno e algumas análises serão feitas com base nas observações das rotinas do museu, sem experimentações ou coleta de dados. Esse primeiro processo é reconhecido como a fase de identificação dos riscos e as suas ações no ambiente museal.³⁷ Dentre as bibliografias utilizadas para o desenvolvimento do diagnóstico estão Manuelina Maria Duarte Cândido em seu livro *Gestão de Museus, Diagnóstico Museológico e Planejamento: Um desafio contemporâneo* (2014), a Cartilha do IBRAM *Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro* (2013), o livro *Como gerir um museu: manual prático* (2004), do ICOM, o texto *O Gerenciamento de Riscos em Acervos*, de José Luiz Pedersoli Jr. e Lorete Mattos, do livro *Preservação de Patrimônio Cultural* (2013) e a dissertação de Elias Palminor Machado, intitulada *Projeto de Segurança para museus: Um estudo de caso sobre o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo*.

MODELO

³⁷ O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em sua Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, considera o Identificar e Detectar, dois processos de mitigação, antes que esses riscos afetem o Museu. Quando esses riscos já estão na fase emergencial, é necessário que se altere as questões e ações sejam mais ágeis. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Cartilha 2013: Gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro. Rio de Janeiro: IBRAM, 2013. P. 12.

3.3.1.1 GERAL

3.3.1.1.1 Institucional

3.3.1.1.2 Gestão de Pessoas

3.3.1.1.3 Acervo

3.3.1.1.4 Exposição

3.3.1.1.5 Educativo e Cultural

3.3.1.1.6 Pesquisa

3.3.1.1.7 Arquitetônico e Urbanístico

3.3.1.1.8 Segurança

3.3.1.1.9 Financiamento e fomento

3.3.1.1.10 Comunicação

3.3.1.1.11 Sócio-Ambiental

3.3.1.2 ANÁLISE SWOT (STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES, THREATS)

3.3.1.2.1 Pontos Fortes

3.3.1.2.2 Pontos Fracos

3.3.1.2.3 Oportunidades

3.3.1.2.4 Ameaças

3.3.1.3 ESTUDO DE CASO - GESTÃO DE RISCOS

3.3.1.3.1 Chuvas e Enchente

Probabilidade:

Consequências:

Registro do acontecimento:

Precauções da instituição:

Ações em caso de emergência:

3.3.1.3.2 Incêndio

Probabilidade:

Consequências:

Registro do acontecimento:

Precauções da instituição:

Ações em caso de emergência:

3.3.1.3.3 Umidade e Temperatura Relativa

Probabilidade:

Consequências:

Registro do acontecimento:

Precauções da instituição:

Ações em caso de emergência:

3.3.1.3.4 Dissociação

Probabilidade:

Consequências:

Registro do acontecimento:

Precauções da instituição:

Ações em caso de emergência:

3.3.2 APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO NO MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL

3.3.2.1 GERAL

3.3.2.1.1 Institucional

O Museu da Família Colonial é uma instituição garantida pela Lei Ordinária nº1835 de 1972, através da denominação dos patrimônios que fazem parte da Fundação Casa Dr. Blumenau, mais tarde, conhecida por Fundação Cultural de Blumenau. A instituição não possui ato de criação. Sua inauguração ocorre após o falecimento de Edith Gaertner, doadora da casa na qual foi instalado o museu, em 1967.

Durante os anos, a instituição recebeu auxílios, dentre um deles, da Fundação Pró-Memória, que produziu algumas documentações, dentre elas, fichas para catalogação e um rascunho de Regimento Interno, que não foi aprovado pela instituição mantenedora. Não há registros de aprovações de Regimento Interno, Organograma ou outros documentos referentes a gestão museológica. No momento, tem-se o início da produção do Plano Museológico, no qual constará Regimento Interno, Organograma, Missão, Política de Gestão de Acervo e outros documentos referentes a Gestão Institucional.

No dia 18 de março de 2015 houve uma reunião de fundação da Associação de Amigos dos Museus Históricos da Fundação Cultural de Blumenau, no qual se insere o Museu da Família Colonial. A Associação de Amigos está em processo de regulamentação e estruturação.

3.3.2.1.2 Gestão de Pessoas

O quadro funcional da instituição não possui funcionários efetivos, sendo estes, cedidos pelo órgão mantenedor, a Fundação

Cultural de Blumenau, e exercendo funções em outras instituições de mesmo caráter mantidos pelo mesmo órgão.

Atualmente, são cedidos: 1 museóloga; 1 gerente de museus e mausoléu; 1 auxiliar de serviços gerais (serviço terceirizado); 4 estagiários.

3.3.2.1.3 Acervo

O acervo da instituição está inventariado, registrado e catalogado. Ele é constituído de doações e pela falta de política de gestão de acervos, existe uma grande variedade de objetos fora da tipologia do museu, além de contribuir pela quantidade elevada de aquisições.

Recentemente ocorreu um projeto na instituição, na qual foi atualizada a documentação museológica.

Importante ressaltar por muito tempo, as doações do museu ocorriam sem registro por ficha catalográfica ou termos de doação, fazendo que o museu não possuía a informação de muitos objetos de aquisição mais antiga e também dos seus antigos donos, tratando-se de um problema para atividades que envolvam a comunicação desse acervo por parte da instituição, pois será salvaguardado mas não exercerá suas funções sociais de fruição.

A tipologia do acervo é diversificada pela falta de seleção já explicada. Há objetos classificados como: Artes Visuais; Objetos Pecuniários; Interiores; Trabalho; Objetos Cerimoniais; Comunicação;

Objetos pessoais; Medição/Registro/Observação/Processamento, dentre outros.³⁸

Há instrumento de controle climático na reserva técnica, o termohigrômetro. O condicionamento é inadequado aos parâmetros ideais, mas possui uma salvaguarda que garante a barreira de certos agentes de degradação. Existe a higienização mecânica no acervo.

3.3.2.1.4 Exposição

O museu possui uma exposição de longa-duração nas duas primeiras casas do complexo museológico, que segue os objetivos de um museu casa que é de retratar a vida privada e narrativas relativas aos proprietários da casa. Na terceira casa acontece esporadicamente exposições de temporárias, sendo que a escolha da temática obedece um calendário anual pré-estabelecido no ano anterior.

A exposição de longa duração possui audioguias com três línguas: português, inglês e alemão; como também, aparelhos com vídeos, para auxiliar indivíduos com deficiências auditivas.

Não há orçamento destinado para a realização das exposições.

3.3.2.1.5 Educativo e Cultural

³⁸ As terminologias utilizadas seguem as classificações do Thesaurus para Acervos Museológicos, para garantir a precisão das informações. Ciente de que não foi pesquisado todos os acervos que compõe o Museu da Família Colonial por não ser o foco do estudo, mas que através de leituras de relatórios, observação do acervo exposto e de acervos no processo de higienização, pode-se verificar essas classificações descritas acima.

O Museu da Família Colonial realiza visitas guiadas com grupos agendados, mediações com os visitantes que solicitam informações, oficinas de capacitação a professores e profissionais da área, bem como, para a comunidade em geral.

Além disso, possui alguns programas, como: Programa Museu vai a Escola, onde uma escola afastada do centro da cidade conhece o Museu sem sair de seu bairro; Programa Concerto Educativo, onde acontece ensaios no ambiente museal em parceria com a Banda Municipal de Blumenau; Programa Museu a noite, com visitação noturna ao complexo museológico; Programa de Oficinas, através de parcerias com diversas instituições, o Museu realiza atividades de capacitação.

3.3.2.1.6 Pesquisa

Existe o registro dos públicos, de onde saem estatísticas de visitantes e suas localidades. Não há setor responsável pela pesquisa do acervo do museu.

3.3.2.1.7 Arquitetônico e Urbanístico

O conjunto arquitetônico e urbanístico do museu é composto por três casas, o horto florestal e um cemitério de gatos.

A primeira casa (1864) possui um sótão, varanda e quatro salas no piso térreo. A segunda casa (1858) possui um sótão, quatro salas no térreo e um porão. A terceira casa (1920) possui um sótão, seis salas no térreo e uma varanda.

Não há pisos táteis e acessibilidade para cadeirante.

O Horto Florestal, antes utilizado como um Mini Zoológico, é um espaço com uma flora diversificada, contendo plantas trazidas pelos imigrantes na época da colônia. É uma área de extensa mata e que vai da Alameda Duque de Caxias até o Ribeirão Garcia.

O Cemitério de Gatos é um complexo de túmulos com os nomes alemães de gatos da doadora Edith Gaertner, tratando de representar o carinho que ela tinha com esses gatos, sendo localizando dentro do Horto Florestal.

3.3.2.1.8 Segurança

O museu não possui vigias. Não existe um plano de segurança para casos de emergência, contando apenas com alarmes e extintores de incêndio conforme exigência legal. As saídas de emergência não estão sinalizadas.

Não existe barreiras no entorno do museu, sendo que o Horto Florestal tem um grande espaço aberto e a frente do museu se encontra logo com a rua. O museu está passível de ações humanas como vandalismo.

Nas exposições, existem objetos expostos que são de fácil acesso aos visitantes e pela falta de profissionais, não é possível acompanhar todos no circuito do museu.

As escadas do museu são antigas e não possuem guarda corpo até o final dela, oferecendo perigo aos usuários, que são, na sua maioria, funcionários, por tratar-se de um espaço de acesso restrito. O trânsito do acervo se dá nessas escadas, que proporcionam perigo ao acervo também.

A presença de árvores no entorno das edificações preocupa principalmente em épocas de grande ocorrência de raios, pois elas atraem descargas elétricas, podendo causar incêndios, como também queda nas edificações.

3.3.2.1.9 Financiamento e fomento

Não existe dotação orçamentária destinada a instituição. A Fundação Cultural de Blumenau mantém o Museu da Família Colonial. Quando é necessário o financiamento de alguma atividade, é apresentado aos responsáveis o projeto para que seja feito o orçamento e a compra dos materiais necessários, dentro daquilo que é viável a Instituição mantenedora.

O Museu, sempre que possível, participa de editais para captação de recursos, de onde já conseguiu materiais e profissionais que executassem a atualização da documentação museológica em 2014.

3.3.2.1.10 Comunicação

Os canais de comunicação das atividades do museu são o site e as páginas em redes sociais, ambos geridos pela Fundação Cultural de Blumenau. Os órgãos no qual possui cadastro em âmbito nacional, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e Estadual, o Sistema Estadual de Museus/SC (SEM/SC), divulgam ações dos museus em mala diretas e no site. A Prefeitura do município de Blumenau também realiza essa divulgação no site da instituição.

3.3.2.1.11 Sócio-Ambiental

No momento não existe ações vinculadas a este programa.

3.3.2.2 ANÁLISE SWOT (STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES, THREATS)

3.3.2.2.1 Pontos Fortes

- Localização privilegiada no Centro Histórico da cidade;
- Amplo espaço de exposição;
- Possui Reserva Técnica;
- Possui audioguias;
- Acervo documentado;
- Criado recentemente uma Associação de Amigos;
- Plano Museológico em fase de elaboração;
- Possui estatística dos públicos visitantes;

3.3.2.2.2 Pontos Fracos

- Não possui documentos de gestão museológica, como Regimento Interno, Organograma, Política de Gestão de Acervos e Plano de Segurança;
- Não possui funcionários efetivos;
- Reserva técnica: mobiliário, equipamentos e acondicionamento inadequados;
- Não tem espaço para realização de oficinas, palestras e outros eventos afins;
- Falta guarda volumes para visitantes;

- Não tem a definição de normativas para uso e manutenção dos espaços museológicos;
- Falta sinalização para saídas de emergência;
- Não há acessibilidade física;
- Falta de um orçamento fixo destinado as atividades mensais do museu;

3.3.2.2.3 Oportunidades

- Intercâmbio com outros museus e instituições de mesmo conteúdo;
- Pode se tornar referência em pesquisa e estudos sobre a vida privada dos imigrantes na colônia Blumenau;
- Fazer parte de um roteiro cultural no que tange a temática da imigração alemã no sul do país;
- Participação de editais de incentivo a cultura e de parcerias com museus também cadastrados no Sistema Estadual de Museus (SEM/SC) e no Cadastro Nacional de Museus.
- Capacitação de seus funcionários com relação a temáticas de importância para a museologia e áreas afins, como também relativo as temáticas das exposições.
- Tornar-se referência para outros museus-casa da região do Vale do Itajaí;

3.3.2.2.4 Ameaças

- Mudança de administração;
- Divulgação centralizada a instituição mantenedora, dificultada por ser responsável por inúmeros eventos correlacionado a cultura em Blumenau, não dando visibilidade necessária ao Museu;

- Perda do acervo e deterioração do edifício pelos problemas de segurança;
- Possui grande circulação de carros a sua volta;

3.3.2.3 ESTUDO DE CASO - GESTÃO DE RISCOS

3.3.2.3.1 Chuvas e Enchente

Probabilidade: Segundo dados da Defesa Civil de Blumenau disponibilizados pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), percebe-se que as cheias acontecem periodicamente, quase anualmente, com alguns períodos que permaneceram até dez anos sem cheias registradas e outros casos, com cinco cheias no mesmo ano.³⁹ Além disso, na decorrência de chuvas, o museu possui infiltrações, causando goteiras na parte interna do edifício, proporcionando problemas de segurança pessoal e para o acervo.

Consequências: Destruição, perda ou dano ao acervo pelo contato com a água e podendo ser arrastado pela correnteza. Prejuízos a estrutura da edificação, que consiste em sua maioria de madeira. Insegurança para os públicos (visitantes e funcionários).

Registro do acontecimento: Nos anos de 1983 e 1984, as casas do complexo arquitetônico e paisagístico do Museu da Família Colonial foram atingidas, sendo que, na parte interna havia a marca da água de 1,64 m e na parte externa, no Horto Florestal Edith Gaertner, antes conhecido

³⁹ Relação dos Picos das Enchentes Registradas em Blumenau, desde sua Fundação. Município de Blumenau; Secretaria Municipal de Defesa Civil; Diretoria de Defesa Civil. Fonte: http://www.furb.br/_upl/images/especiais/alerta/picos_enchente.pdf?201505261515. Acessado em 26/05/2015.

como Mini Zoológico, onde chegou a marca de 10m de altura da água, tiveram a perda de animais que permaneciam em gaiolas.⁴⁰

Precauções da Instituição: É notificado ao órgão mantenedor todas as irregularidades no que tange a estrutura do prédio, que possam ocasionar em goteiras e infiltrações, da mesma forma que é registrado através de fotografias, para que o mesmo faça a manutenção necessária. Sobre as enchentes as ações prévias não são tomadas ainda, mas serão previstas após o desenvolvimento do Plano de Emergência, já contido no Plano Museológico em construção.

Ações em caso de emergência: Em situação de enchente, existe um acompanhamento junto a Defesa Civil do município sobre o estado em que se encontra o Rio. Quando necessário, é feito um mutirão e retirado o acervo do piso térreo para a Reserva Técnica, que fica no piso superior, como também para o espaço do Arquivo Histórico, que tem uma edificação mais elevada. É feita a solicitação de auxílio de órgãos de segurança pública e comunidade para remoção do acervo do piso térreo para o sótão. Sobre o caso de infiltrações e goteiras, é chamado o setor responsável para realizar a manutenção. É retirado o acervo do espaço em que está sendo atingido para que não ocorra danos maiores.

3.3.2.3.2 Incêndio

Probabilidade: Pelo material que consiste o acervo e edificação do Museu serem altamente inflamáveis e a instalação elétrica ser antiga, o perigo é eminente. Além de outras intempéries, causadas por acidentes, como a

⁴⁰ AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Departamento Histórico e Museológico. Sub-grupo: Museu da Família Colonial. Série: Relatórios 1996-2014. Relatório do Museu da Família Colonial, referentes aos prejuízos sofridos durante as cheias do Rio Itajaí-Açu. P. 1.

grande quantidade de raios na região, principalmente nas épocas de calor e grandes tempestades, como também por causas criminosas.

Consequências: Destruição eminente. Dificuldade no restauro e custo elevado.

Registro do acontecimento: A Fundação Cultural de Blumenau tem o registro de um incêndio ocorrido no ano de 1958, onde antes ficava a antiga Prefeitura da cidade e arquivo histórico da instituição, hoje relocado para outro espaço. Pelos materiais serem de alta combustão, o fogo se propagou rapidamente, dificultando o controle das chamas. O laudo não chegou a uma conclusão das causas. As perdas foram irreparáveis, pois o Arquivo Histórico da cidade era reconhecido nacionalmente como “o mais completo de todos que existiam no País.” Nos espaços em que o fogo não atingiu, a água usada para apagar o incêndio, causou danos.⁴¹

Precauções da Instituição: As duas primeiras edificações tem sua energia desligada a cada final de expediente na caixa de energia. Possuem extintores de três tipos: Dióxido de Carbono, Água Pressurizada Portátil e Pó Pressurizado Portátil.

Ações em caso de emergência: Ainda não existe o Plano de Emergência, contudo já está previsto no Plano Museológico em construção. Como alternativa já foi solicitado um treinamento para uso de extintores de incêndio e para ações a serem tomadas em caso deste tipo sinistro.

⁴¹ O Incêndio do Arquivo Municipal em 1958. Blumenau em cadernos. Blumenau, tomo 49, n.6, p. 100-110, nov./dez. 2008.

3.3.2.3.3 Umidade e Temperatura Relativa

Probabilidade: O Museu localiza-se próximo ao rio Itajaí-Açu e o Ribeirão Garcia e possui um horto florestal em seu conjunto urbanístico. Além disso, a cidade tem uma influência dos ventos marítimos e uma elevada quantidade de chuvas em determinadas épocas do ano.

Consequências: Depende do tipo de material. Degradação, deformação, corrosão, desenvolvimento de microrganismos e propagação de insetos xilófagos.

Registro do acontecimento: As madeiras das três edificações possuem uma propagação de cupins, pelo clima quente e úmido que garante um ambiente favorável a infestação de insetos.

Precauções da Instituição: Existe o equipamento, conhecido como termohigrômetro que acompanha as mudanças de temperatura e umidade no perímetro da reserva técnica.

Ações em caso de emergência: As ações serão previstas com o Plano de Emergências, já apontadas no Plano Museológico em construção.

3.3.2.3.4 Dissociação

Probabilidade: O museu tem uma jornada de décadas e em suas primeiras aquisições, não havia o cuidado de manter as informações sobre os objetos e seus antigos donos.

Consequências: Perda de informação a respeito do acervo, ocasionando a desvalorização do mesmo.

Registro do acontecimento: Segundo o Relatório do Projeto Documentar para Preservar do Museu da Família Colonial, a museóloga Franciele Maziero fez uma ressalva de que muitos objetos documentados nesta

etapa do projeto, não possuem Termo de Doação, dificultando o acesso as informações sobre o objeto, como sua procedência.⁴²

Precauções da Instituição: Existência do termo de doação e ficha catalográfica com informações dos objetos.

Ações em caso de emergência: Um meio de resolver os casos em que não existe informações sobre o acervo, é através da pesquisa.

Dentro do segundo Capítulo discorreu-se sobre a história dos museus, seus conceitos até a tipologia de museu-casa, para o entendimento de sua relação com a sociedade e suas transformações. O conceito de diagnóstico museal recebeu um espaço na discussão para demonstrar a importância desse procedimento e para a construção de um modelo adaptado a realidade estudada. No próximo Capítulo, conceitos como segurança e preservação estão mais evidentes, como também a construção de propostas a partir de uma análise de cinco riscos diagnosticados: água, fogo, temperatura, umidade e dissociação. Pensando a importância da gestão de riscos para o ambiente museal.

⁴² AHJFS. MAZIERO, Franciele. Relatório do Projeto Documentar para Conservar: Conclusão da Catalogação do Acervo do Museu da Família Colonial – Blumenau. P. 5. Fundo: Fundação Cultural Blumenau. Grupo: Departamento Histórico e museológico. Sub-grupo: Museu da Família Colonial. Série: Relatórios 1996- 2014.

4 PROPOSTAS PARA A GESTÃO DE RISCOS NO MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL

4.1 SEGURANÇA X PRESERVAÇÃO

É de comum acordo a todos que trabalham com museus ou outras Instituições culturais que o acervo possui uma vida útil, assim como todos os materiais que utiliza-se para conservação e até o próprio edifício. De qualquer forma, existe um interesse na permanência desses objetos e do edifício para a continuidade de seu exercício de servir a sociedade. E “é como se o próprio ato de colocá-lo num museu fosse capaz de preservá-lo.” (BRADLEY, 2011, p. 15).

Segundo Bradley,

Uma ínfima percentagem de todos os objetos já produzidos pelo homem encontra-se hoje em museus, galerias, instituições ou coleções particulares. A maioria dos artefatos humanos se perdeu por ter sido danificada pelo uso e jogada no lixo, reutilizada de outras maneiras, destruída durante ataques a povoações ou em guerras, ou então se deteriorou, enterrada ou esquecida no interior de construções. (2011, p. 15)

Com isso, percebe-se a importância dos itens salvaguardados no museu, como também o poder de escolha daquilo que deve ser preservado ou não. Visto que “as histórias e memórias representadas nos museus são resultantes de lutas e de manipulações, e do permanente diálogo entre a lembrança e o esquecimento (ALMEIDA apud ONO; MOREIRA, 2011, p. VI).” Para além da discussão política que envolve a escolha dos objetos

e o processo de aquisição, está a manutenção deles no ambiente museal e a preocupação com sua permanência.

A deterioração dos objetos é eminente, pois eles são instáveis (BRADLEY, 2011, p. 23). Segundo SOUZA,

Qualquer material, mesmo que possua todas as propriedades físicas e químicas para durar séculos, sofre influências que prejudicam sua durabilidade. Essas influências são classificadas como agentes internos, que provêm da matéria-prima e dos métodos de confecção; e agentes externos, que ocorrem a partir do uso e dependem do meio ambiente, da guarda, do manuseio e das intervenções (2008, p.3).

Ou seja, não existe uma categoria de material que identifique-se como estável e, desde sua produção, sua relação com o ambiente vai diminuir seu tempo de ‘vida’. O próprio museu não é um local inerte aos problemas de preservação, mas terá uma atenção especial no que diz respeito a retardar esse processo natural dos objetos. Para Almeida, a ideia que se tem de ‘peça de museu’ possui dois sentidos, fazendo referência a um objeto em desuso e, por outro lado, algo curioso ou valioso, que dá prestígio ao proprietário (ALMEIDA apud ONO; MOREIRA, 2011, p. VI).

O valor atribuído aos objetos de museu, pelo seu caráter de raridade, apelo emocional e até econômico, não fazem com que eles estejam protegidos no ambiente museal, mas sim tratam-se de fatores que atraem olhares sobre eles. A segurança do acervo no museu requer um enfoque especial porque os objetos não podem ser guardados em cofres ou caixas-fortes, de forma que, estes devem exercer suas funções sociais (RESOURCE, 2003, p.18). Sendo importante ressaltar que quando a

deterioração ocorre de forma irreversível, não há meios de substituir esse bem cultural, pois o testemunho que fazia parte dele, sofrerá as consequências junto. Mas como garantir a ‘sobrevivência’ e comunicação desses acervos sem que estes sofram com agentes naturais ou antropomórficos?

Existem dois conceitos que permeiam essas problemáticas relativas aos museus, que por muitos são confundidos: preservação e segurança.

A preservação é um conceito que vem do “latim *praeservare*, significa observar previamente, ou seja, prever os riscos” (DRUMOND, 2006, p. 110). Suas ações estão relacionadas a uma consciência de salvaguarda que garantirá sua permanência ou pelo menos uma diminuição de impactos das possíveis ameaças. Percebe-se que a relação do conceito de preservar está intimamente ligada ao entendimento dos agentes de degradação e meios de barrá-los. É o instrumento de mitigação e ação realizado antes que os sinistros aconteçam, ao mesmo tempo que, procura soluções quando esses já se fazem presentes. Para o IBRAM, a preservação remete “as medidas e ações para proteger o bem cultural dos diferentes riscos a que pode estar submetido” (2013, p. 23).

Uma das características principais desse conceito está na sua relação política da garantia do direito a memória. Preservar é uma ação política de proteção, defesa e resguardo (MEIRELLES, 2010, p. 80) para o acesso dos cidadãos.

O conceito de segurança, é muito amplo e com diversas aplicações. Um dos conceitos utilizados para demonstrar isso está em Kahn que o utiliza em três situações diferentes: “(1) situação do que está seguro;(2) afastamento de todo perigo; (3) qualidade/caráter de uma coisa

ou pessoa em que se pode confiar, sobre a qual ou sobre quem se pode contar de maneira certa” (KAHN apud MACHADO, 2014, p. 38).

No caso dos museus, a segurança pode ser vista como uma série de medidas e recursos que irão garantir a preservação e a proteção das pessoas, dos bens culturais e do edifício. A expressão ‘segurança’ tem o sentido mais amplo e comporta todas as atividades de prevenção, como as ações de proteção em si. Para Tolmasquim, “a segurança é uma forma de garantir a permanência daquilo que há da violência do próprio tempo” (TOLMASQUIM apud MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS; MUSEU VILLA-LOBOS, 2006, p. 6). Como para Santos, “a segurança é o fundamento essencial para a vida sadia do corpo do museu” (SANTOS apud MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS; MUSEU VILLA-LOBOS, 2006, p. 7). Seu significado tramita a relação de direito e responsabilidade da instituição para com a sociedade, ao mesmo tempo, que prevê a problemática das ações da sociedade perante o objeto.

Segundo a Professora Rosária Ono, a segurança do patrimônio material está ligada a garantia de sua proteção nas mais diversas ações, acidentais ou intencionais, vindas da própria sociedade, como por meios da natureza (2008, p. 315) e para que essa proteção ocorra, é necessário o desenvolvimento de planos de ação, normativas e procedimentos a serem realizados por todos funcionários da Instituição.

Ambos conceitos tem o mesmo fim, proteger os bens culturais como meio de garantir a cidadania, no acesso a eles. Preservação é uma prospecção para redução das perdas futuras ou a inexistência da perda, enquanto a segurança garante uma visão geral, para que ocorra a preservação e a proteção das pessoas, dos bens culturais e do edifício.

No que tange a essas preocupações, diversas leis foram criadas para garantir os deveres do Estado e das Instituições na diminuição dos riscos e perdas dos bens culturais. Também existe uma mobilização por parte de Instituições afins para a discussão desta temática.

Pensando internacionalmente, a criação da UNESCO, que faz parte do Sistema das Nações Unidas (ONU), em 1945, foi um primeiro movimento no que diz respeito a relação com o patrimônio cultural mundial. Tendo como uma de suas ações, a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adotada em 1954, que visa “facilitar a reconstrução das comunidades destruídas e ajudá-las a reencontrar sua identidade e a restabelecer vínculos entre seu passado, seu presente e seu futuro.”⁴³ Outro grande marco, com relação a definição de conceitos e meios de proteção, de forma colaborativa entre os Estados-Nação, foi a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Definindo que:

Cada Estado-parte da presente Convenção reconhece que lhe compete identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural situado em seu território. O Estado-parte envidará esforços nesse sentido, tanto com recursos próprios como, se necessário, mediante assistência e cooperação 3 internacionais às quais poderá recorrer, especialmente nos planos financeiro, artístico, científico e técnico.⁴⁴

⁴³ Texto UNESCO: O que é? O que faz?. P. 24. Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001887/188700por.pdf>. Acessado em 03/06/2015.

⁴⁴ Conferencia Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Título II, Artigo 4º. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf>. Acessado em: 03/06/2015.

Em 1946, é criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM), na esfera da UNESCO⁴⁵, como já explicitado no Capítulo anterior, e que em 1973, constituiu o Comitê Internacional de Segurança de Museus (ICMS). O ICMS tem como objetivo proporcionar a educação, treinamento e assistência, bem como, proteger pessoas e a propriedade cultural contra roubos, vandalismo, fogo e destruição.⁴⁶ Assim como o ICMS, o IBERMUSEUS⁴⁷ é outra instituição que vem discutido muito a relação com a proteção do patrimônio cultural, com o Programa de Apoio ao Patrimônio Museológico em Situação de Risco, nos países Ibero-americanos.

No Brasil, em 1937, Mario de Andrade já apoiava uma campanha “Contra o Vandalismo e o Extermínio” do patrimônio cultural, lutando pela valorização do patrimônio e o diálogo com a população (CHAGAS; NASCIMENTO JR., 2009, p. 9). Neste momento histórico, onde já havia um pensamento baseado na proteção do patrimônio, Mario de Andrade disse que o desafio da museologia é seu compromisso com “exercício do direito à memória e ao patrimônio como um direito à cidadania”

⁴⁵ A UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization ou Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) faz parte do Sistema das Nações Unidas e trabalha em estreita colaboração com um amplo leque de organizações regionais e nacionais. Entrou em vigor no dia 4 de novembro de 1946. A UNESCO é a única instituição das Nações Unidas dotada de um sistema de Comissões Nacionais. Atuantes em 196 Estados-membros e Membros Associados, essas Comissões constituem um vínculo vital entre a sociedade civil e a Organização. Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001887/188700por.pdf>. P. 33. Acessado em: 03/05/2015.

⁴⁶ Tradução feita a partir do texto: “The objectives of ICMS are to provide education, training and assistance and to protect persons and cultural property from theft, vandalism, fire and destruction.” Fonte: <http://icom.museum/the-committees/international-committees/international-committee/international-committee-for-museum-security/>. Acessado em: 03/06/2015.

⁴⁷ O Programa IBERMUSEUS é uma iniciativa de cooperação e integração dos países ibero-americanos para o fomento e a articulação de políticas públicas para a área de museus e da museologia. Texto removido do site: <http://www.ibermuseum.org/institu/conheca-o-programa-ibermuseum/>. Acessado em: 03/06/2015.

(CHAGAS; NASCIMENTO JR., 2009, p. 10). O desafio submetido a mais de 70 anos, que ainda se faz presente.

A definição de suportes jurídicos, administrativos e técnicas do patrimônio iniciam no contexto nacional no final da década de 30, com o decreto 25/37, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, e que:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁴⁸

Na década de 1973, cria-se o decreto nº 72.312, que “promulga a convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícita dos bens culturais” (MACHADO, 2014, p. 18). E na última Constituição Federal promulgada, consta no artigo 23º, inciso III, que uma das competências comum da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”⁴⁹, como também enfatiza no inciso IV como dever desses órgãos, “impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural”⁵⁰

⁴⁸ Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acessado em 20/07/2014.

⁴⁹ Constituição Federal de 1988. Artigo 23. Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10638993/artigo-23-da-constituicao-federal-de-1988>. Acessado em: 04/06/2015.

⁵⁰ Idem.

É no final da década de 60 e início da década de 70 que a valorização do patrimônio cultural ganha o contexto estadual e municipal. A Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), iniciou atividades que garantiriam o patrimônio cultural brasileiro, a partir das suas representações estaduais e municipais, garantindo um engajamento conjunto pela causa (GONÇALVES, 2011, p. 2). Em Santa Catarina, no final da década de 70, com o decreto estadual 7439/79, criou-se a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), que tem como missão “valorizar a cultura, por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense.”⁵¹ Em 2011 o SEM/SC é reformulado e torna-se parte da estrutura administrativa da FCC, com o fim de “elaborar e coordenar a sistematização das políticas públicas no campo museológico.”⁵²

É possível encontrar também nas legislações vigentes referente ao profissional museólogo e a Instituição Museu, a percepção pela preservação e as atribuições à ambos. Segundo o Código de Ética do ICOM,

Os museus devem estabelecer e aplicar políticas que garantam que os acervos (tanto permanentes como temporários) e suas respectivas informações, corretamente registradas, sejam acessíveis para o uso corrente e venham a ser transmitidas às gerações futuras nas melhores condições possíveis [...]. (ICOM apud MEIRELLES, 2010. p. 80)

⁵¹ Histórico da Fundação Catarinense de Cultura. Fonte: <http://www.fcc.sc.gov.br/pagina/4968/historico>. Acessado em: 04/06/2015.

⁵² Decreto de Criação do SEM/SC. Decreto 599/11. Fonte: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/pagina/4425/decretodecriacaodosemsc>. Acessado em: 04/06/2015.

Como no código do ICOM, temos o decreto 8.124/13, que regulamenta a Lei 11.904, instituindo o Estatuto de museus, e a Lei 11.906, que cria o Instituto Brasileiro de Museus, que compete aos museus, de qualquer instância, a atribuição de “garantir a conservação e segurança do seu acervo”,⁵³ da mesma forma, que no mesmo decreto, estabelece que no plano museológico deve conter um programa de segurança. Igualmente, como a Instituição, o profissional recebe competências, como a estabelecida pelo Código de Ética do Conselho Federal de Museologia (COFEM),

Aplicar todo zelo, diligência e conhecimento em função do desenvolvimento da museologia, dos museus e de outras instituições onde a museologia pode ser exercida, como também contribuir para o ensino e formação de novos profissionais, procurando colocar as suas atividades e a própria museologia a serviço do aprimoramento da cultura, da preservação e divulgação do patrimônio;⁵⁴

Nesta mesma perspectiva, a Lei 7.287/84, que regulamenta a profissão do museólogo, confere a ele, “coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico.”⁵⁵

Depois de todas essas garantias apresentadas através de normativas referentes ao museu e seus profissionais, é importante

⁵³ Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013. Capítulo II, Art. 4º, Inciso IV. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Fonte: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. Acessado em: 18/07/2014.

⁵⁴ Código de Ética do COFEM. Art. 4º, letra a. Fonte: http://cofem.org.br/?page_id=22#codetica. Acessado em: 18/07/2014.

⁵⁵ Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Art. 3º, Inciso V. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Fonte: http://cofem.org.br/?page_id=22. Acessado: 18/07/2014.

entender que procedimentos devem ser tomados para que esses princípios básicos sejam atingidos. Em um primeiro momento, é preciso identificar as vulnerabilidades e ameaças ao museu através do diagnóstico, no caso desta pesquisa, apresentado no Capítulo anterior. Quanto mais profissionais e tempo de avaliação dos riscos, melhor a percepção do diagnóstico.

No caso do Museu da Família Colonial, seria necessário avaliar durante todo um ano os diversos riscos propostos citados na Cartilha do IBRAM⁵⁶: Forças físicas; Furto, roubo e vandalismo; Fogo; Água; Pragas; Poluentes; Luz e radiação ultravioleta (UV) e infravermelha (IV); Temperatura Incorreta; Umidade Incorreta; Dissociação (IBRAM, 2013, p. 9). Nesse um ano, poderiam ser identificados aspectos referentes ao clima: com as quatro estações do ano, relação hidrográfica, temperatura, umidade; a relação sócio espacial: os usos da sociedade interna e externamente ao museu e seu entorno; e etc, como também, poderia ter travado um diálogo com Instituições como Bombeiros e Política Militar, e profissionais da área de segurança no trabalho, conservadores, arquitetos e etc, para uma análise mais abrangente do que o museu pode desenvolver como metas para o Programa de Segurança.

O Programa de Segurança, previsto no Plano Museológico, “abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e

⁵⁶ A metodologia de gestão de riscos citados na cartilha do IBRAM é uma adaptação da norma técnica australiana e neozelandesa AS/NZS 4360/2004 de gerenciamento de risco em patrimônio cultural desenvolvida por pesquisadores do International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), Canadian Conservation Institute (CCI) e Netherlands Institute for Cultural Heritage (ICN), e a norma adotada internacionalmente ISO 31000/2009 que compõe o Sistema de Gestão de Riscos. (MATTOS; PEDERSOLI JR, 2013, p. 58-75)

estratégias de emergência.”⁵⁷ Deve ser um documento desenvolvido com profissionais do museu, de áreas afins e a comunidade, para que a Instituição esteja atingindo suas demandas sociais. Os programas são instrumentos de gestão que garantem a estruturação do museu, “funcionando como uma grande engrenagem, constituída por partes, articuladas entre si, convergindo para um mesmo fim que é ecoar a missão do museu” (TRINDADE, 2010, p. 15).

Com esse instrumento de gestão, poderá se construir ferramentas, medidas e procedimentos que impactem na segurança do pessoal (usuários, funcionários e outros), do acervo e do edifício. Neste caso, poderia ser desenvolvido um Projeto de Segurança física, que abarcaria o patrimônio material, como também para casos de emergência, que como teria como meta o desenvolvimento de um Plano de Emergência.

De qualquer forma, é importante entender a análise de riscos existentes e iminentes como princípio básico na elaboração de diretrizes, políticas e planos relacionados a segurança. Sendo que esta análise precisa ser constantemente revista para que novas conclusões sejam tomadas. No contexto do Museu da Família Colonial, foram analisados cinco dos dez riscos durante os meses de Estágio Curricular Obrigatório, para que a partir disso, em conformidade com os manuais e teorias, auxiliassem em propostas para minimizar e barrar os riscos expostos.

⁵⁷ Decreto 8.124/13. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. Acessado em: 04/06/2015.

4.2 GESTÃO DE RISCOS

A segurança deve ser vista como um campo multidisciplinar e atividade de todos os funcionários do museu, sem exceção, para que os procedimentos sejam feitos em consonância. Os riscos em museus podem ser vistos como “a probabilidade de algo acontecer, causando diversas gradações de perigos ou efeitos negativos”, principalmente no que diz respeito a danos e perda de valor do objeto (IBRAM, 2013, p. 9). As ações dos agentes de riscos podem relacionar-se ao edifício, as condições geográficas e/ou climáticas, como também fatores socioculturais, políticos e econômicos (Idem).

Para Cândido, entendendo que o risco é a ‘possibilidade de perda’, faz-se necessária a reflexão sobre os danos graduais e cumulativos como meio de diminuir essa realidade (CÂNDIDO, 2014, p. 90). Sendo que, uma das ferramentas para isso, é a avaliação dos riscos, que auxiliará na identificação dos possíveis agentes de deterioração.

Cientes de que não deve-se pensar em meios de barrar a deterioração a curto prazo apenas, mas que se estenda para uma ‘vida’ além da sua própria vida, alcançando seus filhos, netos e assim por diante. Ação essa defendida por Michalski, que propõe que a avaliação de risco tem a competência de “conseguir encontrar todos os vários motivos porque, daqui a 100 anos, o seu acervo estará em piores condições do que actualmente, e descrever cada um desses motivos em palavras correntes” (2004, p. 56). Da mesma forma que Michalski coloca como ponto de partida o envolvimento de todos os setores na preservação do acervo, desde curadoria, gestão de acervo, documentação, exposição, educativo, segurança, enfim, todos engajados na manutenção desse acervo pela

responsabilidade que a instituição como um todo tem para com a sociedade (2004, p.57). Para que um Plano de Emergência funcione, é preciso estar, por exemplo, com a documentação museológica em dia, para ter a dimensão do acervo, a tipologia de materiais, estado de conservação e etc., que implicará em soluções de priorização de alguns acervos com valor mais elevado, separação dos acervos por tipologia de material, qualidade no controle climático, enfim, implicará na metodologia de funcionamento da Instituição.

Os riscos ao acervo são eminentes, como já explicitado anteriormente, por isso, é necessário o monitoramento dos espaços em que se encontram, suas particularidades e procurar alternativas de acordo com as condições climáticas e a edificação do museu. É importante ressaltar que por mais que a fruição do acervo deva ser vista como essencial ao museu, esta e outras atividades do museu não irão ocorrer caso a preservação não seja eficiente.

O Plano de Emergência, desenvolvido a partir da avaliação dos riscos, tem um caráter particular de cada instituição, pois as mesmas estão sujeitas a intempéries diferentes, visto que a realidade muda pela edificação, clima, território e etc. As diretrizes de salvaguarda podem ser similares, mas as ações são diferenciadas.

A Gestão de Riscos em museus caracteriza-se pela “utilização integrada dos recursos e conhecimentos disponíveis, com o objetivo de prevenir riscos, minimizar seus efeitos e responder às situações de emergência” (IBRAM, 2013, p. 11). Tendo como elemento central os conceitos de valor e perda de valor no patrimônio cultural (MATTOS; PEDERSOLI JR, 2013, p. 60), conceito este que pode ser muito objetivo e difícil de mensurar. Os autores Pedersoli Jr e Mattos (2013), atribuem

diversos pontos a valorização do patrimônio cultural, como: a relação cultural, particular a cada grupo; ferramentas oficiais de reconhecimento de valor, como o tombamento e listagens de bens protegidos; coleções, como um conjunto; autenticidade, segundo a Carta de Veneza; na credibilidade das fontes; histórico, estético e simbólico nos contextos sócio-cultural-econômico; chegando a conclusão que quanto maior o conhecimento da coleção, mais fácil será mensurar o valor de perda.

Para Pedersoli Jr. e Mattos, o gerenciamento de riscos procura respostas para os diferentes riscos que atingem a instituição, dando prioridades a algumas ações e utilização de certos recursos (2013, p. 64). O IBRAM publicou duas cartilhas em 2013 onde apresenta em uma o Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado e na outra, recomendações para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro. Nas cartilhas, baseadas em normativas já citadas, apresenta o método de controle e tratamento dos agentes de riscos com cinco ações: Identificar, Detectar, Bloquear, Responder e Recuperar (2013, p. 11). Dentre elas, as três primeiras são acionadas na mitigação de riscos, como também em casos emergenciais, pois estas podem tanto prever riscos, como realizar ações que os barrem, e as outras duas, serão acionadas em casos emergenciais, pois dão diretrizes para resolução, extinção e/ou reversão desses agentes deterioradores.

Com o Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado, o IBRAM dedica-se a implementação de quatro eixos fundamentais para realização das tarefas necessárias a Gestão de Riscos, dentre elas: a Criação de um Conselho Consultivo para gerenciar o programa; Criação de uma força tarefa para situações de emergência, que atuará na coordenação de ações nacionais em casos de sinistros;

Monitoramento dos riscos, criação de instrumentos de mitigação dos riscos para realização de atendimentos; Plano de Gestão de Riscos, dedicado a orientação na elaboração e implantação desse plano no âmbito dos museus do IBRAM (IBRAM, 2013, p. 15).

Partindo dessas metodologias, pode-se pensar as atitudes a serem tomadas no que tange aos riscos no ambiente museal. Sendo que neste primeiro momento, foi abarcado o primeiro estágio, com fins de identificar as ações de cinco agentes de riscos, entre os dez já explicados anteriormente, no Museu da Família Colonial, como meio de propor medidas para barrar ou evitar as ações desses agentes.

São várias as formas de mensurar o impacto dos riscos no cotidiano museal, apresentada por diversos autores, mas que neste pequeno espaço de tempo, não terá como avaliar nesses aspectos. Em anexo existem algumas tabelas de avaliação de riscos utilizadas em trabalhos acadêmicos e publicações na área museológica.

Nesse trabalho, será visto as implicações desses cinco agentes de riscos no ambiente museológico, com sugestões para evitar ou diminuir seus danos, colocando em ordem de prioridade algumas ações.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS E PROPOSTAS PARA GESTÃO DE RISCOS

4.3.1 RISCOS E PROPOSTAS

Um dos intuitos desse capítulo é apresentar os cinco itens avaliados no Museu da Família Colonial, com suas implicações na cidade. Para realização disso, foram utilizadas as referências que trabalham com

conservação preventiva, segurança, gestão museológica e gestão de riscos, como também, autores que discutem as relações climáticas, hidrográficas na cidade de Blumenau, como notícias de eventos ocorridos na cidade, dentre elas:

- A publicação da Série Museologia: Roteiros Práticos, *Segurança em Museus*.
- A dissertação de Elias Palminor Machado, intitulada *Projeto de Segurança para museus: Um estudo de caso sobre o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo*.
- O texto de Lorete Mattos e José Luiz Pedersoli Jr., *O Gerenciamento de Riscos em Acervos*, do livro *Preservação de Patrimônio Cultural*.
- As cartilhas do IBRAM, *Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (2013)* e *Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado*.
- O livro *Como gerir um museu: manual prático (2004)*, do ICOM.
- O *Caderno de Diretrizes Museológicas*, da Secretaria do Estado da Cultura de Minas Gerais.
- O manual *Princípios Básicos da Museologia*, de Evanise Pascoa Costa.
- O texto *Controle de temperatura e umidade em acervos pequenos*, de Ann Brooke CRADDOCK, do livro *Conservação: conceitos e práticas*.
- O texto *Diretrizes em conservação de Acervos Museológicos*, de Heloisa Maria Pinheiro de Abreu Meirelles, do livro *Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes*.
- O livro *Conservação preventiva de acervos*, de Vanilde Rohling GHIZONI e Lia Canola TEIXEIRA.
- O livro *Segurança em museus*, de Rosária Ono e Kátia Beatriz Moreira.

As propostas tem base nas mesmas bibliografias acima e na metodologia empírica empregada no diagnóstico. As sugestões de prioridades a curto prazo dizem respeito a uma extrema urgência, considerando um ano para sua aplicabilidade, as de médio prazo, estão relacionadas a itens com urgência, tendo de um ano a três anos para aplicação e de longo prazo, são itens com menos urgência, mas necessárias para o funcionamento das demais atividades, com até cinco anos para execução. Ciente de que essas sugestões são com base na visão de uma estudante de museologia, não um profissional da área específica de segurança do trabalho, arquitetos, bombeiros e etc, podendo ser acrescido outras sugestões através do diálogo com essas outras áreas.

4.3.1.1 ÁGUA – INUNDAÇÕES, INFILTRAÇÕES E OUTROS

A água é um agente de deterioração que se apresenta através de ações antropogênicas, ou seja, que envolvem atividades humanas, como na construção dos edifícios, má manutenção e problemas dos materiais utilizados, como por exemplo: infiltrações no telhado e calhas danificadas, janelas com defeito ou indevidamente abertas, vazamento ou ruptura de tubulações, transbordamento de pias, vasos sanitários ou drenos, descuidos durante procedimentos de limpeza do edifício e instalações, danos causados pela água depois de um incêndio, sistema de climatização, dentre outras causas; e/ou ações naturais, como em maremoto, tempestades, enchentes e etc.

Os resultados de suas ações são diversos, como desintegração, deformação, dissolução, manchas, mofo, proliferação de pragas, enfraquecimento, corrosão e alteração química, perda de registros

digitais, furto e dissociação (sendo levado pela água), como também perigo aos públicos.

Deve-se analisar certos pontos que antecedem a construção de um museu para a prevenção contra incidentes climáticos, mas pelo museu ocupar uma casa já existente e tombada, certos pontos são problemáticos, como a proximidade com o rio Itajaí-Açu, as esquadrias antigas e de madeira, estar rodeados de árvores e acompanhado de um Horto Florestal, não tem como prevenir desses pontos, mas protege-lo de alguma outra maneira.

No caso do Museu da Família Colonial, as enchentes são problemas periódicos, pois estas acontecem na cidade com uma frequência elevada, desde sua formação, tendo poucos períodos de recesso e alguns anos, com mais eventos (ver tabela 2). A cidade convive com as problemáticas de seus recursos hidrográficos por muito tempo, devido ao formato de sua bacia e sua elevada declividade, com ênfase principal a partir da cidade de Blumenau, onde o declive é de 0,013m/km, considerado baixíssimo e dificultando o escoamento das águas e facilitando a ocorrência de enchentes (AUMOND apud KREUTZFELD, 2012, p. 4).

A enchente de 1983, considerada a “grande enchente”, teve essa denominação pela cidade ter ficado sobre seu efeito por mais que trinta dias e não pela sua metragem. No livro, *S.O.S Enchente “Um Vale pede Socorro”*, explicam que as chuvas eram persistentes e no dia 5 de julho, percebia-se a elevação do rio Itajaí-Açu (BARRETO; NIEMEYER, 2000, p. 41), sendo que apenas no dia 6 de agosto que o nível do rio entra em um ritmo normal (Idem, p.56). No mesmo ano, foram registradas mais

três enchentes (ver tabela 2) e no ano seguinte, 1984, a cidade sofreu com mais uma enchente dessa proporção.

A grande enchente atingiu o Museu da Família Colonial, deixando danos irreparáveis para esse patrimônio cultural da cidade. As águas alcançaram 1,64 metros no interior da casa, segundo relatório da instituição, sendo que no Horto Florestal, teve espaços que alcançaram até 10 metros de altura.⁵⁸ Dentre as problemáticas envolvidas, estão a parte estrutural da edificação de 1864, com uma de suas vigas cedendo; as casas restantes precisam de tratamento na cobertura e esquadrias; pintura comprometida nas partes internas e externas; estado precário das instalações elétricas; peças danificadas, destruídas e/ou desaparecidas.⁵⁹

Segundo Kreutzfeld, desde a década de 1980 houve uma melhoria na prevenção de desastres, no sentido de implementar mecanismos de gestão e planejamento da ocupação do território e ampliação do conhecimento sobre enchentes (2012, p.6). Mas apesar da grande mobilização frente as enchentes, ainda é algo presente na região. As anomalias climáticas, por não seguir eventos climáticos segundo a “normal climatológica”⁶⁰, e a ocupação desordenada ainda fazem com que o Vale do Itajaí seja atingido por estes eventos.

Hoje existe todo um Sistema de Controle das Cheias e das precipitações das chuvas através do Centro de Operação do Sistema de Alerta (CEOPS), juntamente com a Defesa Civil do município. Esse

⁵⁸ AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Departamento Histórico e Museológico. Sub-grupo: Museu da Família Colonial. Série: Relatórios 1996-2014. Relatório do Museu da Família Colonial, referentes aos prejuízos sofridos durante as cheias do Rio Itajaí-Açu. P 1.

⁵⁹ Idem, p. 3.

⁶⁰ Normal Climatológica, para Jonathan....., é obtida através do cálculo as médias de parâmetros meteorológicos, em períodos padronizados de 30 anos, sucessivamente. P. 4

monitoramento das bacias hidrográficas entrou em pleno funcionamento no ano de 2011 e tem uma rede formada por nove estações telemétricas e quatro meteorológicas (KREUTZFELD, 2012, p. 67). A cidade possui um controle do nível do Rio Itajaí Açu e com o nível em 4 metros já se inicia uma atenção especial ao rio, como também as previsões de tempo (ver tabela 1).

Cidade	Normal	Atenção	Alerta	Emergência
Blumenau	$NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 6,0$	$6,0 < NA \leq 8,5$	$NA > 8,5$

Tabela 1 - Regra de Enchente
Fonte: CEOPS - <http://www.comiteitajai.org.br/alerta/>

Outro exemplo da mesma catástrofe ocorreu em fevereiro deste ano no Acre e atingiu o Centro de Memória Chico Mendes⁶¹. A casa do líder seringueiro é tombada e serve de referência a memória desse personagem importante na história brasileira. Os objetos foram retirados a tempo, mas a casa é edificada em madeira e precisará de reparos para que continue servindo as suas funções. De forma que, demonstra mais uma vez o quanto os museus estão suscetíveis a essas catástrofes e necessitam de planos que vão além de respostas aos agentes de riscos, mas que previnam casos como estes, na cidade e no próprio museu.

⁶¹ Casa de Chico Mendes é tomada por águas de rio no interior do Acre. G1. Fonte: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/02/casadechicomendesetomadapelasaguasnointeriordoaacre.html>. Acessado em 06/04/2015.

PROPOSTAS:

Prioridade a Curto Prazo - Manutenção da edificação: esquadrias, cobertura, ralos e bueiros; identificação das instalações hidráulicas do museu, para que, em ações de emergência, os focos sejam encontrados; desenvolvimento de *diretrizes*, normas e procedimentos para os funcionários para que suas ações auxiliem na segurança da Instituição;

Prioridade a Médio Prazo - Parceria com Defesa Civil, FURB e profissionais da área para adequar procedimentos de emergência em caso de enchente e formação integrada; vedações para esquadrias e cobertura, para casos de tempestades e enxurradas; diagnóstico dos riscos relativos a este agente no museu, observando as variáveis durante um ano para aplicação em um plano de emergência;

Prioridade a Longo Prazo - Projeto de restauro da edificação para barrar casos de infiltração e enchentes, destinando um espaço adequado de salvaguarda do acervo, que não seja atingido por estas intempéries; criação de um eixo no Plano de Gestão de Riscos, que trate de emergências relativas a este agente de risco; discussão com outros museus para a implementação de um Comitê Catarinense do Escudo Azul.⁶²

⁶² O Escudo Azul é um comitê que procura concentrar profissionais, experiências e redes internacionais em uma organização não-governamental que trabalha com o patrimônio cultural mundial ameaçado como meio de protegê-lo de catástrofes naturais ou causadas pelo homem. Fonte: <http://icom.museum/programas/programa-de-urgencia-en-los-museos/comite-internacional-del-escudo-azul/L/1/>. Acessado em: 23/07/2015.



Figura 12 - Museu da Família Colonial durante as cheias

Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva



MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA DE DEFESA CIVIL



**RELAÇÃO DOS PICOS DAS ENCHENTES REGISTRADAS
EM BLUMENAU, DESDE SUA FUNDAÇÃO.**

ANO	DATA	COTA	ANO	DATA	COTA	ANO	DATA	COTA
1852	29/10	16.30	1946	02/02	09.45	1977	18/08	09.15
1855	20/11	13.30	1948	17/05	11.85	1978	26/12	11.50
1862	00/11	09.00	1950	17/10	09.45	1979	10/05	09.45
1864	17/09	10.00	1953	01/11	09.65	1979	09/10	10.45
1868	27/11	13.30	1954	08/05	09.56	1980	31/07	08.40
1869	21/10	11.00	1954	22/11	12.53	1980	22/12	13.27
1870	11/10	10.00	1955	20/05	10.61	1982	15/11	08.65
1880	23/09	17.10	1957	20/07	09.28	1983	04/03	10.60
1888	00/01	12.80	1957	02/08	10.60	1983	20/05	12.52
1891	18/06	13.80	1957	18/08	13.07	1983	09/07	15.34
1898	01/05	12.80	1957	16/09	09.44	1983	24/09	11.75
1898	25/12	11.30	1961	12/09	10.35	1984	07/08	15.46
1900	02/10	12.80	1961	30/09	09.63	1990	21/07	08.82
1911	02/10	16.90	1961	01/11	12.49	1992	29/05	12.80
1911	29/10	09.86	1962	09/09	08.94	1992	01/07	10.62
1923	20/06	09.00	1962	21/09	09.29	1997	01/02	09.44
1925	14/05	10.30	1963	29/09	09.67	1998	28/04	08.24
1926	14/01	09.50	1966	13/02	10.07	1999	03/07	08.26
1927	09/10	12.30	1967	18/02	10.50	2001	01/10	11.02
1928	31/05	08.20	1969	06/04	10.14	2008	24/11	11.92
1928	18/06	11.76	1971	09/06	10.35	2009	29/09	08.06
1928	15/08	10.82	1972	17/08	10.70	2010	26/04	08.46
1928	17/09	10.30	1972	29/08	11.35	2011	31/08	08,50
1931	02/05	11.05	1973	25/06	11.30	2011	09/09	13,00
1931	14/09	11.25	1973	03/07	09.00	2013	22/09	10,51
1931	18/09	11.53	1973	22/07	09.30	2014	09/06	10,18
1932	25/05	09.75	1973	28/07	09.35			
1933	04/10	11.85	1973	29/08	12.35			
1935	24/09	11.65	1975	04/10	12.63			
1936	06/08	10.40	1975	13/12	08.50			
1939	27/11	11.45	1976	15/05	08.30			
1943	03/08	10.50	1976	29/05	10.85			

Tabela 2 - Picos de Enchente na cidade de Blumenau

Fonte: http://www.furb.br/_upl/images/especiais/alerta/picos_enchente.pdf?201506070207

pdf?201506070207

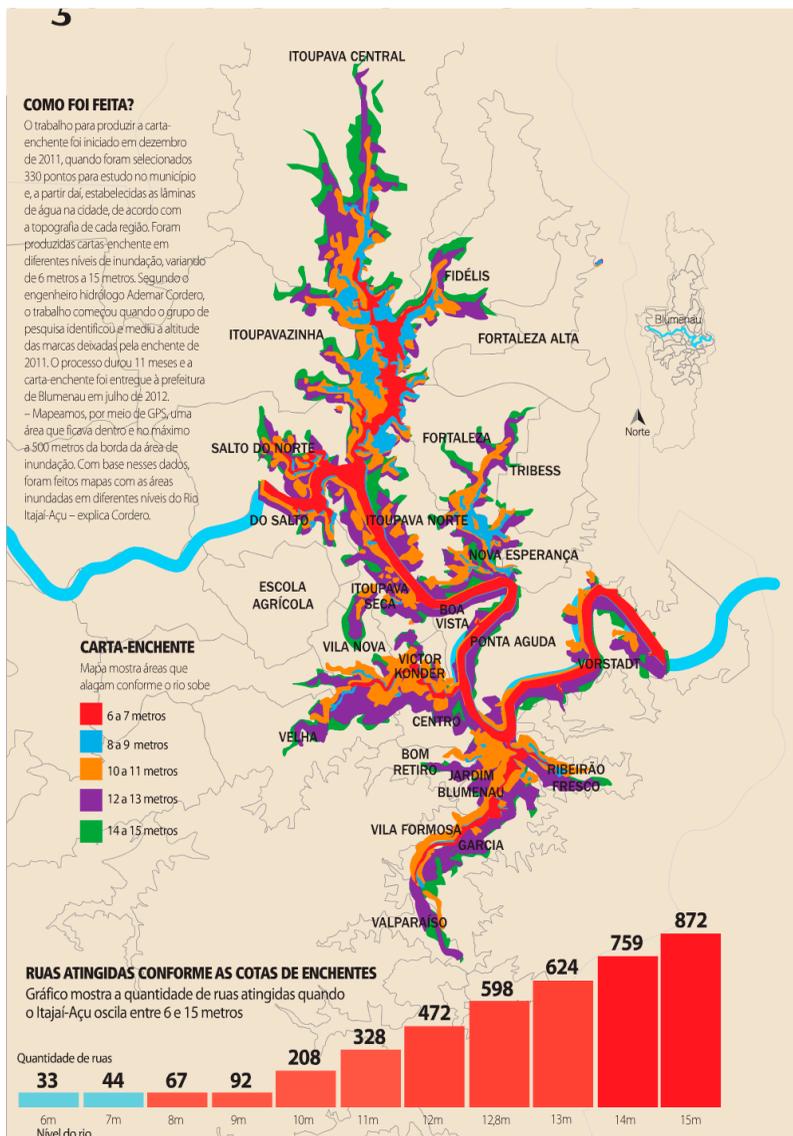


Figura 13- Ruas atingidas conforme as cotas de enchentes

Fonte: CEOPS. Caderno Especial 15 investimentos feitos – O Vale não esquece 30 anos (1983-2013). Jornal de Santa Catarina. Data: 3 e 4 de agosto de 2013. P. 7.

4.3.1.2 FOGO – INCÊNDIO

O fogo, como a água, pode ser deflagrado por ações humanas e ações naturais, causado por manipulação de materiais altamente inflamáveis e utilização de equipamentos que emitem calor, por funcionários não capacitados para responder a casos de incêndio, má instalação elétrica ou pelo tempo da instalação, como também os raios. A combustão pode ocasionar na perda total ou parcial do acervo, como também causar danos aos públicos do museu, quando não existe um treinamento, sinalização e equipamentos para o controle da situação. Além disso, o incêndio pode ocasionar em manchas, deformações, deposição de fuligem e danos colaterais por agentes extintores ou água.

A falta de manutenção no edifício e equipamentos são agravantes no combate ao incêndio, como também a falta de equipamentos que detectem e contenham as intempéries.

O Museu da Família Colonial, como muitas instituições museológicas que são abrigados em edifícios construídos em um tempo em que não se tinha ideia de prevenção e detecção de incêndios, enfrenta dificuldades nas adaptações de seu espaço conforme as novas normativas. Além disso, por estar edificado em uma região de pouca circulação fora de horário comercial, quando o museu está fechado, fica difícil identificar um incêndio, até porque quando este estiver aparente, já teria se espalhado em grandes proporções. Não há residências em seu entorno, não possui aparelhos que identifiquem a fumaça e o material que compõe a edificação e o acervo são inflamáveis.

No Museu da Família Colonial existe três tipos de extintores indicados para incêndios, especificados no Diagnóstico de Segurança,

usados para materiais específicos, de forma que protejam o acervo contra danos maiores. A tabela 3 exemplifica os tipos de extintores e aplicabilidades, segundo sua composição.

É importante ressaltar que a segurança contra incêndio visa primeiro o rápido escoamento das pessoas do edifício em relação a qualquer perda, seguido do combate do fogo. Pelo acervo ser um alvo passivo, é necessário seu espaço de guarda esteja bem protegido, a ponto de o fogo demorar para atingi-lo, mesmo que isso seja eminente, pois com uma resposta rápida ao incêndio, esse espaço não será atingido.

Na cidade de Blumenau, diversos patrimônios culturais já sofreram com os incêndios. Um caso famoso na cidade é o incêndio da Prefeitura em 1958,⁶³ que abrigava o Arquivo Histórico da cidade. Considerado um dos mais completos, pela Imprensa Brasileira, o Arquivo abrigava diversas fontes históricas relativas a colônia Blumenau. A propagação do incêndio foi rápida devido aos materiais de fácil combustão. Sendo que, ao fim, não tiveram elementos para determinar a causa exata do incêndio.

⁶³ O Incêndio do Arquivo Municipal em 1958. Blumenau em cadernos. Blumenau, tomo 49, n.6, p. 100-110, nov./dez. 2008.



Figura 14 – Incêndio da Antiga Prefeitura e Arquivo Histórico de Blumenau

Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Os danos, em casos como este, são irreversíveis. Por isso, é importante a prevenção e o preparo da equipe para casos emergenciais, para que este, não deixe de servir as suas funções.

Tipos de extintores e seus usos

Tipo de extintor (Classe)	Para ser usado em
A	Madeira, tecido, papel, borracha, plástico, caixas de papelão, latas de lixo, tapetes. O fogo nesse tipo de material se apaga com água. Deixa cinzas e resíduos, após a extinção.
B	Líquidos inflamáveis ou combustíveis, gases inflamáveis, óleo, graxas, produtos químicos líquidos, gasolina, querosene, produtos de limpeza, álcool. O fogo nessas substâncias deve ser apagado com espuma, CO ₂ ou pó químico. Não se deve usar água, em razão do risco de extravasamento do líquido inflamado.
C	Equipamentos elétricos, fiação em chamas, maquinário superaquecido. Para apagar o fogo nesse material, utiliza-se o CO ₂ ou pó químico. Não se pode usar espuma ou água que oferecem grandes riscos.
D	Metais combustíveis, como magnésio, titânio, zircônio, sódio, etc.
Espuma química – Classe D	Não pode ser utilizado em eletricidade e em fogo provocado por benzina, álcool, querosene, varsol ou gasolina.
Água pressurizada – Classe A	Não pode ser utilizado em eletricidade e em fogo provocado por benzina, álcool, querosene, varsol ou gasolina.
Pó químico seco – Classe A, B, C	Pode ser utilizado em eletricidade. Embora apague as chamas, não corta o calor. Deixa resíduos de pó.
CO ₂ (gás carbônico) – Classe B, C	Pode ser utilizado em eletricidade. Não deixa resíduos.

Tabela 3 - Tipos de extintores

Fonte: Caderno de diretrizes museológicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 2 ed. p. 130

PROPOSTAS:

Prioridade a Curto Prazo - Diagnóstico multidisciplinar para casos de incêndio; Manter atualizada a lista de telefones para emergências; identificação das instalações elétricas do museu, para que, em ações de emergência, os focos sejam encontrados; conscientização para que os diversos públicos não usem isqueiros ou fumem nos ambientes pertencentes ao museu (através de placas ou diálogo), para que não existam focos de incêndio por ação humana; verificar a existência de documentos como Plano de Prevenção Contra Incendio (PPCI), Alvará de Funcionamento e o Habite-se, para adequação dos espaços a legislação vigente.

Prioridade a Médio Prazo - Parceria com o Corpo de Bombeiros, Técnicos em Segurança do Trabalho e Polícia Militar, para oficinas de treinamento

para casos de emergência e formação de profissionais para discussão de um Plano de Emergência; vistoria por parte desses órgãos para adequação do espaço as normativas específicas para sinalização, espaços e para procedimentos nos atendimentos (como a lotação máxima do museu);

Prioridade a Longo Prazo - Definição de procedimentos em caso de emergência (rotas de fugas, ações ativas e passivas e etc.); adequação do espaço museológico aos pontos levantados pela vistoria, com instalação de materiais fogo-retardantes, principalmente em espaços de salvaguarda de acervo; instalação de sistema de detecção e alarme, sinalização de emergência; estudo do acervo e da edificação para a instalação de outros sistemas de controle de incêndio; repensar o espaço destinado a Reserva Técnica, pois o sótão pode dificultar a retirada do acervo em caso de incêndio, pois a casa tem como estrutura madeira, que auxiliará na propagação do fogo, sendo que mesmo que não atinja a parte superior, sua estrutura estará comprometida, dificultando a chegada, mesmo sem o fogo; formação de uma Brigada de Incêndio;

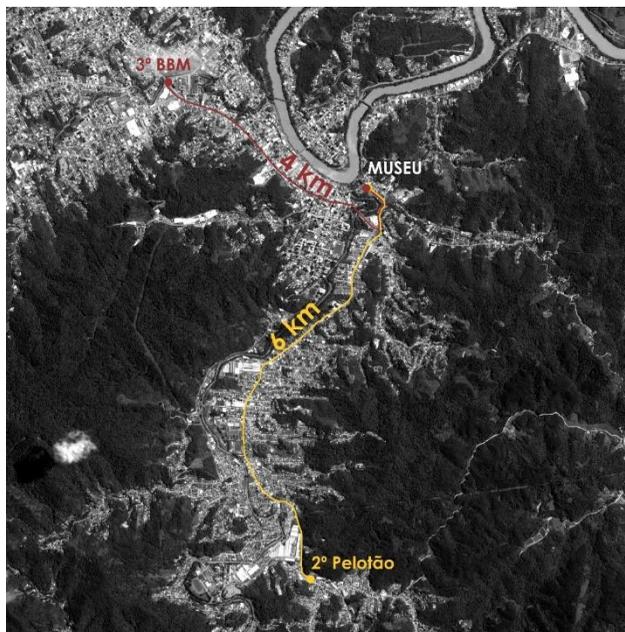


Figura 15 - Distância entre o Corpo de Bombeiros e o Museu da Família Colonial
Fonte: Imagem do Google Earth (Adaptação)

4.3.1.3 TEMPERATURA E UMIDADE RELATIVA

A temperatura e a umidade incorretas são agentes físicos de riscos, que podem provocar danos irreversíveis ao acervo, sendo uma das principais causas de deterioração. As alterações realizadas por esses dois agentes influenciarão de diferentes formas no acervo e na edificação, dependendo do material que o compõe.

A temperatura se dá através da luz solar ou artificial (direta ou indireta), das condições climáticas da região, do calor produzido por máquinas e equipamentos, e do sistema de climatização avariado ou com funcionamento descontínuo, podendo causar a expansão e contração de

materiais, resultando em deformações, fraturas, ressecamentos, desenvolvimento de micro-organismos e etc. A alteração da temperatura, como por exemplo, o seu aumento, vai acelerar processos químicos, favorecendo cada vez mais a degradação do objeto.

A umidade está relacionada às condições climáticas e ambientais, mas também, altera-se a partir da presença de instalações hidráulicas no edifício, equipamentos de ar condicionado e etc. Suas mudanças excessivas podem resultar em fraturas, deformações e perdas, como também, causa o ressecamento. As ações de deterioração desse agente estão relacionadas a hidratação ou desidratação dos objetos.

A boa conservação exige uma atmosfera climática relativamente constante, sem modificações bruscas que provocam fenômenos de dilatação e contração dos materiais, reduzindo com o tempo sua elasticidade natural e acelerando seu envelhecimento. Como também, ambientes com clima quente e úmido favorecem a infestação por fungos e microrganismos, que por sua vez, atraem insetos. É o caso do Museu da Família Colonial, que apresenta focos de cupins na sua edificação, como também em alguns acervos, que são colocados em quarentena.

A cidade de Blumenau possui uma média de precipitações anuais de 1610mm (SILVA; SEVERO apud KREUTZFELD, 2012, p. 63), com uma distribuição das chuvas durante o ano. Seu regime pluviométrico favorece o ocasionamento de tempestades e também de enchentes. Kreutzfeld afirma que há uma distribuição espacial do número de dias de chuva, mas que durante as estações chuvosas há, em média, 15 dias de chuvas ao mês (Idem, p. 64). Pela elevada quantidade de chuva durante o ano e também pela influência dos ventos marítimos, a Bacia do Itajaí tem

uma elevada umidade relativa, com médias superiores a 80% durante o ano todo e com poucas variações (KREUTZFELD, 2012, p. 64).

Pode-se considerar índices aceitáveis para temperatura entre as faixas de 19°C a 22°C e a umidade relativa entre 45% e 65% (CRADDOCK, 2011, p. 69). Lembrando que cada material terá seus índices específicos, mas estes, são considerados a média para a maior parte dos acervos, principalmente os mais sensíveis. Em museus de pequeno porte, que é o caso do museu em estudo, não existe a possibilidade de separar acervos de tipologias diferentes em espaços diferentes para manter índices de temperatura e umidade para cada um, por isso, existe esse nível de adequação a todos os acervos, porque o que importa, neste caso, é que não aconteça grandes oscilações nas condições ambientais, para que o acervo prolongue seu tempo de ‘vida’.

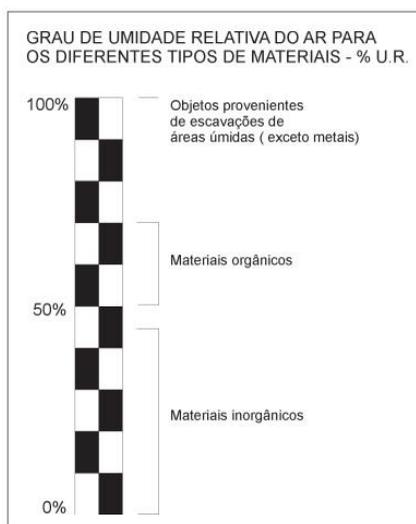


Tabela 4 - Grau de umidade

Fonte: COSTA, Evanise Pascoa. Princípios básicos da museologia. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. p. 48

PROPOSTAS:

Prioridade a Curto Prazo – Compra de Data Loggers;⁶⁴ Monitoramento através de equipamentos, com registros de horários, os dados da umidade relativa e temperatura do ambiente; diagnóstico das edificações que abrigam o museu, afim de verificar possíveis focos de infiltrações; utilização de sílica-gel para espaços atingidos pela umidade; não utilizar o espaço de guarda para higienização do acervo, por causa da alteração de temperatura e umidade; realizar inspeções periódicas para identificar qualquer anomalia nos espaços do museu (rachaduras, infiltrações e goteiras);

Prioridade a Médio Prazo - Utilização de aparelhos desumidificadores de ar e circuladores de ar para os espaços necessários, partindo dos relatórios de monitoramento da umidade relativa; diagnóstico do acervo, para verificar possíveis ações de deterioração ligadas a variação de temperatura e umidade; controle dos insetos presentes na edificação e em alguns acervos;

Prioridade a Longo Prazo - Projeto de adequação do espaço de guarda do acervo para estabilizar temperatura e umidade a partir dos diagnósticos e monitoramento desses agentes; criar normativas para limpeza do espaço expositivo e de guarda, afim de não aumentar as variações desses dois agentes de riscos;

4.3.1.4 DISSOCIAÇÃO

⁶⁴ Aparelho eletrônico de medição e registro de temperatura, umidade, luz e outros, dependendo do modelo.

Dano relacionado a incapacidade permanente ou temporária de associar os acervos a suas informações, impossibilitando o controle e o conhecimento. A falta de metodologia de salvaguarda dessa informação referente ao acervo, ou até equívocos na hora de manusear etiquetas, a falta de registros, pode ser também um agente de risco para a instituição, que deixará de cumprir suas funções básicas de preservar, pesquisar e comunicar. A tecnologia pode ser um auxílio, como também um vilão, pois auxilia para compactar os documentos referentes ao acervo, ao mesmo tempo, que está muito suscetível a perda, pois é um suporte com ameaças cibernéticas, ao mesmo tempo, pela falta de organização e até roubo.

O Museu da Família Colonial possui uma metodologia de registro do acervo, que foi uma contribuição dada pela parceria com o Programa Pró-Memória em 1983,⁶⁵ no pós-enchente. Anteriormente o museu possuía catálogos, mas não havia uma preocupação com o registro de certas informações sobre os acervos, que hoje ainda fazem falta, pois muitos objetos foram doados sem termos de doação, como informado no diagnóstico, dificultando o processamento dessas informações nos dias de hoje.

Para os museus, a deficiência de organização, quanto a localização, acesso ao bem ou as suas informações ocasiona na perda de valor para o acervo e também outras problemáticas relacionadas

PROPOSTAS:

⁶⁵ AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Departamento Histórico e Museológico. Sub-grupo: Museu da Família Colonial. Série: Relatórios 1996-2014. Relatório anual das Atividades do Museu da Família Colonial – 1983.

Prioridade a Curto Prazo - Revisão da documentação museológica, afim de levantar acervos com falha na catalogação;

Prioridade a Médio Prazo - Projeto de pesquisa museológica sobre esses acervos com catalogação falha;

Prioridade a Longo Prazo - Criar um setor responsável pelo acervo, com normativas para seu manuseio; base de dados com informações digitais do acervo; vistorias anuais do acervo em exposição;

O debate pautado nos conceitos de segurança e de preservação, no terceiro Capítulo, quis firmar as ações tomadas pelo museu no que diz respeito a uma de suas funções basilares, dedicando um espaço a normativas e as instituições responsáveis pela formação do pensamento de salvaguarda. Trata também de apresentar a metodologia de gerenciamento de riscos a partir das Cartilhas do IBRAM e demonstrar meios de responder a cinco riscos estudados. A pesquisa indicou soluções imediatistas e abriu o caminho para novas análises no que diz respeito a segurança em museus.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou, de modo geral, entender o contexto sócio-histórico-cultural em que o museu está inserido para produzir análises em um aspecto mais específico, que é a segurança. Certo de que o museu deve entender todos os processos como importantes na garantia de sua função social, principalmente no que está relacionado a fruição do conhecimento.

O tempo de pesquisa é reduzido, pois diz respeito a uma disciplina de conclusão de curso, por isso, não pode ser realizada uma análise completa da Instituição com os cinco agentes de riscos durante as diversas estações do ano, acompanhado de um estudo pluviométrico, controle de temperatura e umidade, do diálogo com profissionais da área elétrica, Bombeiros, Polícia Militar, Defesa Civil e etc., mas os resultados indicaram a necessidade de certas ações a serem desenvolvidas na prevenção de certos riscos.

A segurança no museu deve ser pensada como um campo multidisciplinar, que necessita de diversas áreas para que seja compreendido por completo, ao mesmo tempo, que todos os funcionários do museu devem estar de acordo para a realização das ações que assegurem a preservação do acervo e da edificação e do acervo, bem como a segurança dos públicos. Por isso, o diálogo entre os diversos setores e com profissionais da área de segurança e preservação de acervos, é um dos pontos levantados como essencial no gerenciamento de riscos. O compartilhamento da responsabilidade faz com que a gestão de riscos seja mais eficaz.

A contratação de uma equipe técnica para a Instituição, como corpo efetivo, é uma das ações que deve ser tomada para que haja uma

continuidade nos trabalhos desenvolvidos por cada setor e os problemas relativos a segurança sejam amenizados. Uma constante reavaliação dos riscos eminentes deve ser realizada por estes profissionais, para que verifique-se de que forma estes vem atingindo ou se estão estáveis, como também avaliar se outras problemáticas surgiram nesse período.

As ações dos agentes de riscos estudados, são eminentes, pois a cidade continuará com seus aspectos naturais que favorecem o acontecimento de cheias, de oscilação de temperatura de acordo com as estações do ano e a umidade em uma porcentagem alta, pela quantidade de precipitações e topografia. As casas que abrigam o Museu da Família Colonial foram adaptadas para as funções que exercem hoje, pois eram utilizadas anteriormente como residências e duas delas são centenárias, por isso, sua estrutura precisa de uma manutenção mais frequente. Por tratar-se de uma construção adaptada ao uso museal, a situação quanto a segurança dificulta, pois este não foi pensado para o grande uso de públicos.

O constante registro é importante para que essas ações não fiquem apenas registrada na memória das pessoas, mas que se passe adiante as informações dentre as tantas mudanças que possam ocorrer na Instituição. Sendo que, no Museu da Família Colonial, esta ação já ocorre através de registros fotográficos e da escrita de relatórios anuais. Esse recurso é muito importante e tem o auxílio da evolução tecnológica, que possibilita um registro maior de fotografias, algo que a alguns anos atrás, tinha um custo muito elevado.

Lembrando que a preservação da vida humana sempre deve ser colocada em primeiro plano, mesmo que a discussão esteja no âmbito patrimonial. O trabalho procura indicar meios de prevenção para que

certas emergências sejam previstas ou até barradas, afim de que os públicos, o acervo e a edificação estejam salvaguardados de modo geral.

Compreender os museus como um processo que acompanha as mudanças da sociedade tende a alterar as visões de segurança. Museu como uma Instituição dinâmica que acompanha as ações de seu tempo, precisa estar em constante avaliação de suas atividades, para garantir que está exercendo suas funções sociais. Por isso, a constante revisão dos métodos de salvaguarda auxilia na garantia de mais anos de ‘vida’ desses bens culturais. O Gerenciamento de Riscos é a ferramenta que reduz a possibilidade de perda, na busca pela prevenção contra os efeitos dos riscos e na resposta rápida as situações de emergência.

Este trabalho é apenas um primeiro passo no que tange a segurança do Museu da Família Colonial. A pesquisa quis abrir a discussão para questões problemáticas que atingem patrimônios culturais nas mais diversas esferas, afim de garantir muitas mais centenas de anos exercendo suas funções. Um diagnóstico mais abrangente e a construção de um plano de gestão de riscos, são produtos a serem pensados em pesquisas posteriores. Como também a análise da presença dos outros agentes de riscos não selecionados para esta pesquisa.

Cada museu irá proceder de acordo com suas particularidades, seguindo preceitos garantidos pelas normativas dos museus e na função que o museu exerce sobre a sociedade. Sendo que há muitas coisas a serem pesquisadas, debatidas e desenvolvidas no que tange a preservação e segurança dos museus, para que cada vez mais, seja garantida a perpetuação desses bens culturais as gerações futuras.

REFERENCIAS

ABREU, Roberto da Silva. “Eu não sabia que podia entrar”: com a palavra, o visitante do Museu Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: CPDOC – PPHPBC; Fundação Getulio Vargas, 2009. 136p. Fonte: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4155/CPDOC2009RobertodaSilvaAbreu.pdf?sequence=1>. Acessado em: 29/05/2015.

AFONSO, M. Martins; SERRES, J. Primon. Casa-museu, museu-casa ou casa histórica? Uma controversa tipologia museal. Contribuciones a las Ciencias Sociales, Noviembre/2014. Fonte: www.eumed.net/rev/cccsc/30/casa-museu.html. Acessado em: 04/05/2015.

AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Imprensa. Restauração – 1999. Jornal A Notícia. Página C/03. 11/04/1999. “Museu da Família Colonial de Blumenau reabre em maio.”

AHJFS. Fundo: Fundação Casa Dr. Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Pasta Projeto de restauro e ampliação (etapa 1 - restauro emergencial da casa enxaimel de 1864). Edificação Enxaimel de 1864. Maio 1998.

AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Departamento Histórico e Museológico. Sub-grupo: Museu da Família Colonial. Série: Relatórios 1996-2014. Relatório de Atividades 1997. Panfleto distribuído no Museu sobre Edith Gaertner.

AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Departamento Histórico e Museológico. Sub-grupo: Museu da Família Colonial. Série: Relatórios 1996-2014. Relatório do Museu da Família Colonial, referentes aos prejuízos sofridos durante as cheias do Rio Itajaí-Açu

AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Departamento Histórico e Museológico. Sub-grupo: Museu da Família Colonial. Série: Relatórios 1996-2014. Relatório anual das Atividades do Museu da Família Colonial – 1983.

AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Série: Catálogos/Movimento-Visitantes/Processamento técnico/Publicidade/Classificação – objetos/Contrato – doações/ Movimento financeiro 1975-1982/ Selos/Folders/Roteiro de visitas/ Convites. Ligeiro histórico e Catálogo das peças existentes no Museu da Família Colonial e Horto Botânico <Edite Gaertner>. Blumenau, SC: 1972/73.

AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Série: Histórico/Projetos Arquitetônicos/ Legislação. Imprensa. Jornal A Nação. 2ª Página. 11/11/1968. “Inauguração do Museu da Família Colonial.”

AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Série: Histórico/Projetos Arquitetônicos/ Legislação. Histórico do museu. (Sem título)

AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Museu da Família Colonial. Série: Histórico/Projetos Arquitetônicos/ Legislação. Artigo redigido por Sueli M. V. Petry intitulado “Museu da Família Colonial, uma visita obrigatória”, fazendo um breve histórico do Museu.

AHJFS. Fundo: Fundação Cultural de Blumenau. Grupo: Departamento Histórico e Museológico. Sub-grupo: Museu da Família Colonial. Série: Relatórios 1996-2014. Projeto Documentar para Conservar: conclusão da catalogação do acervo do museu da família colonial – Blumenau. Relatório: 1º Mês – 13 de janeiro de 2014/13 de fevereiro de 2014.

AHJFS. MAZIERO, Franciele. Relatório do Projeto Documentar para Conservar: Conclusão da Catalogação do Acervo do Museu da Família Colonial – Blumenau. P. 5. Fundo: Fundação Cultural Blumenau. Grupo: Departamento Histórico e museológico. Sub-grupo: Museu da Família Colonial. Série: Relatórios 1996- 2014.

BARRETO, Antonio Bascherotto; NIEMEYER, Alda Schlemm. S.O.S. enchente: um Vale pede socorro. 2. ed. Blumenau : Odorizzi, 2000. 146p

ALMEIDA, Cicero Antonio F. de. Objetos que se oferecem ao olhar. Colecionadores e o “desejo de Museu”. In: BEZERRA, Rafael Xamorano (org.); MAGALHÃES, Aline Monteiro org.). Coleções e colecionadores:

a polissemia das práticas. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

ALVES, Rosilene. BUGRES: As notícias correm. In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri (orgs). *Visões do Vale: Perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. O sistema marginal: a coleção. In:____. O sistema dos objetos. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 108/95, que altera a denominação, dispõe sobre a estrutura administrativa da Fundação “Casa Dr. Blumenau”, revoga a Lei complementar nº 22/91, e dá outras providências.

BLUMENAU EM CADERNOS. Tomo IX, julho de 1968. nº 7. Fonte: http://blucad.arquivodeblumenau.com.br/wp-content/uploads/2014/09/t9.n7_1968.pdf. Acessado em: 10/04/2015.

BLUMENAU EM CADERNOS. Blumenau, tomo 49, n.6, p. 100-110, nov./dez. 2008. O Incêndio do Arquivo Municipal em 1958.

BRADLEY, Susan M. Os objetos têm vida finita?. In: MENDES, Marylka et al. (Org.). *Conservação: conceitos e práticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 337 p.

BRASIL. Código de Ética do COFEM. Art. 4º, letra a. Fonte: http://cofem.org.br/?page_id=22#codetica. Acessado em: 18/07/2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 23. Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10638993/artigo-23-da-constituicao-federal-de-1988>. Acessado em: 04/06/2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acessado em 20/07/2014.

BRASIL. Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Art. 3º, Inciso V. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Fonte: http://cofem.org.br/?page_id=22. Acessado: 18/07/2014.

BRASIL. Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013. Capítulo II, Art. 4º, Inciso IV. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Fonte: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. Acessado em: 18/07/2014.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: ICOM, Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. V.1.

CADERNO de diretrizes museológicas. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 152p.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Orientações para gestão e planejamento de museus. Florianópolis: FCC, 2014. 94 p. (Coleção Estudos Museológicos ; v. 3.)

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre. Ed. Medianiz, 2014.

CARDOSO, Luciana Silveira. “O Conservar de uma significação” Investigando e diagnosticando os parâmetros ambientais da reserva técnica do Museu Municipal Parque da Baronesa, Pelotas/RS (monografia). 2010.

CENTENÁRIO de Blumenau. 1850-1950. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950.

CHAGAS, Mário de Souza; NASCIMENTO JR, José do. Política Nacional de Museus. Brasília: MinC, 2007. Fonte: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf . Acessado em: 06/04/2015.

CHAGAS, Mário de Souza; NASCIMENTO JR., José do (organizadores). Subsídios para a criação de museus municipais. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/IBRAM e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009. 40p.

COSTA, Evanise Pascoa. Princípios básicos da museologia. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 104p.

CRADDOCK, Ann Brooke. Controle de temperatura e umidade em acervos pequenos. In: MENDES, Marylka et al. (Org.). Conservação: conceitos e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 337 p.

CURY, Marília Xavier. Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005. 162p.

DAY, Adalberto. Os 140 anos da Empresa Garcia. Fonte: <http://adalbertoday.blogspot.com.br/2008/12/os-140-anos-da-empresa-garcia.html>. Acessado em: 03/04/2015.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. Prevenção e Conservação em Museus. In: CADERNO de diretrizes museológicas. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 152p.

EMMENDOERFER, Frei Ernesto. Blumenau em Festa. In: *Centenário de Blumenau*. 1850-1950. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950. Sem número de página.

FRAGA, Thais Gomes. Os Subterrâneos Emergem: a institucionalização da cultura e a temporada dos museus no Rio Grande do Sul (1987 -1991). UFRGS: 2004. 159p. (Dissertação). Acessado: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11392/000613695.pdf?sequence=1>.

FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: Identidade, memória e poder. In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri. Visões do Vale: perspectiva historiográficas recentes. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU. Museu da Família Colonial. Blumenau, Edição da Litografia Continental Ltda, 1987. 31p.

GONÇALVES, Janice. Em busca do patrimônio catarinense: tombamentos estaduais em Santa Catarina. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011. P. 1-11.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. 256p. (Museu, memória e cidadania)

ICOM. Como gerir um museu: manual prático. Paris: ICOM-UNESCO, 2004

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Cartilha 2013: Gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro. Rio de Janeiro: IBRAM, 2013. 39 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Programa para a gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro: 2013. Rio de Janeiro: IBRAM, 2013. 36 p.

IPHAN. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Título II, Artigo 4º. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf>. Acessado em: 03/06/2015.

JORNADA MUSEOLÓGICA: notícias sobre museus casas. 13 de agosto de 2001 71º aniversário do museu casa de Rui Barbosa. RJ: Fundação casa de Rui Barbosa. MINC. 2002.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Incêndio destrói quarto de casarão tombado no bairro Itoupavazinha em Blumenau. Geral. 21/05/2015. Fonte: <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2015/05/incendio-destroi-quarto-de-casarao-tombado-no-bairro-itoupavazinha-em-blumenau-4765391.html>. Acessado em: 28/05/2015.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. Caderno de Diretrizes Museológicas I. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2006. 2ª Edição. Fonte: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 03/05/2015.

KIEFER, Sabine. Dr. Hermann Blumenau – Vida e Obra. In: BLUMENAU, H.B.O.; FERREIRA, C.; PETRY, S. M. V. Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no sul do Brasil. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999.

KREUTZFELD, Jonathan. O Ribeirão da Velha (Blumenau, SC): a ocorrência de eventos hidrológicos e a urbanização. UDESC, 2012. (DISSERTAÇÃO)

LANGENSCHIEDT Euro-Wörterbuch Portugiesisch: Portugiesisch-Deutsch, Deutsch-Portugiesisch. Berlin: Langenscheidt, 1992. (Dicionário)

LEITE, Filipa Barbosa Pereira. Arte e ciência na Casa-Museu Abel Salazar – um programa de Educação em Museus. Relatório de Projecto de Mestrado em Museologia apresentado à Faculdade de Letras da Fundação Universidade do Porto. Setembro de 2011. Fonte: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/60638/2/TESEMESFILIPALEITE000149450.pdf>. Acessado em: 04/05/2015.

LEWIS, Geoffrey. O Papel dos Museus e o código de ética profissional. IN: ICOM. Como gerir um museu: manual prático. Paris: ICOM-UNESCO, 2004.

LIMA, Juliana Daldegan; SANSON, João Rogério. O Surto de Industrialização do setor têxtil a partir de 1880: Blumenau e Brasil. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. Juiz de Fora, vol. 3, nº 5, jul-dez, 2008. Fonte: http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo_5.pdf. Acessado em: 03/04/2015.

MACHADO, Elias Palminor. Projeto de Segurança para Museus: Um estudo de Caso sobre o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. UFSM: 2014. 217p. (DISSERTAÇÃO).

MATTOS, Lorete; PEDERSOLI JR., José Luiz. O Gerenciamento de Riscos em Acervos. In: ARISTIMUNHA, Cláudia Porcellis; FAGUNDES, Lígia Ketzer; MATTOS, Lorete (orgs.). Preservação de Patrimônio Cultural. Porto Alegre: Museu da UFRGS, Setor de Patrimonio Histórico da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Associação de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul, 2013. 192p.

MEIRELLES, Heloísa Maria Pinheiro de Abreu. Diretrizes em Conservação de Acervos Museológicos. In: FABRI, Angelica (textos); SILVA, Josias A. (revisão). Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. 112 p.

MICHALSKI, Stefan. Conservação e Preservação do Acervo. In: Como gerir um museu: manual prático. 2004

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS; MUSEU VILLALOBOS. Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus. Rio de Janeiro : MAST, 2006. 122p.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; SANTOS, Paula Assunção dos; TRAMPE, Alan (orgs.). Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília: Ibram, MinC. Programa IBERMUSEOS, 2012. v.1 ; 235 p. Textos em espanhol, português, inglês e francês. Fonte:http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf. Acessado em: 03/05/2015.

ONO, Rosária. Patrimônio Material: Riscos e Ameaças do Mundo Contemporâneo. BENCHETRIT, Sarah Fassa; BEZERRA, Rafael Zamorano; CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcos (orgs.). Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. 368p.

ONO, Rosária; MOREIRA, Kátia Beatriz. Segurança em museus. Brasília, DF: IBRAM, 2011. xi, 166 p

PEREIRA, Yone Yara. Enxaimel. In: BLUMENAU EM CADERNOS. Blumenau, Tomo XXXXXV, n. 6, nov/dez 2014, p. 39-63.

PEREIRA, Yone Yara. O Enxaimel na Colônia Blumenau. BLUMENAU EM CADERNOS. Blumenau, tomo XXXXXVI, n. 1, jan/fev 2015, p. 27-51.

PUIG, Renata Guimarães. A arquitetura de Museus-casas em São Paulo: 1980-2010. São Paulo, 2011. (DISSERTAÇÃO)

RAMOS, Nereu. In: *Centenário de Blumenau. 1850-1950*. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950. Sem número de página.

RESOUCÉ: The Council for Museums, Archives and Libraries. Segurança de Museus. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Vitae, 2003. Traduzido por: Maurício O. Santos e Patrícia Ceschi. (Série Museologia: Roteiros Práticos; 4)

SANTA CATARINA. Decreto de Criação do SEM/SC. Decreto 599/11. Fonte:
<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/pagina/4425/decretodecriacaoosemsc>. Acessado em: 04/06/2015.

SANTOS, Alexandre Rosa dos. Climas do Mundo e do Brasil. Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Geografia. Fonte:
<http://www.mundogeomatica.com.br/cl/apostilateoricacl/capitulo13-climasbrasil.pdf>. Acessado em: 10/04/2015.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. Beneditinos da história mínima: Benjamin, o colecionador e o cronista. In: CASTELLS, Alicia Norma González de (org.); NARDI, Leticia (org.). Patrimônio Cultural e a cidade contemporânea. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

SASSE, Fernanda. Instituto Blumenau 150 anos: ressignificando a memória dos blumenauenses. 2011. 70 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

SIEBERT, Claudia. A evolução urbana de Blumenau: A cidade se forma (1850-1938). 2000. Fonte: <https://www.furb.br/especiais/download/584172-125379/2000%20capitulo%20csiebert%20livro%20nosso%20passado%20a%20cidade%20se%20forma.pdf>. Acessado em: 10/04/2015.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. In: *Centenário de Blumenau*. 1850-1950. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950.

SILVA, J. Ferreira. As enchentes no Vale do Itajaí. BLUMENAU EM CADERNOS, Tomo XV, outubro de 1974, nº10.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz. Conservação preventiva: controle ambiental. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008. 23p. (Tópico em conservação preventiva; 5)

SUANO, Marlene. O que é museu. São Paulo: Brasiliense, 1986. 101p. (Primeiros passos (Brasiliense) 182)

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. Conservação preventiva de acervos. Florianópolis: FCC Edições, 2012. 70 p. (Estudos Museológicos ; 1)

TRINDADE, Silvana Cançado. Planejamento Museológico: Caderno 02. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais, 2010. P. 15

VARINE, Hugues de. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2013. 255 p.

SITES:

Bens Tombados – Blumenau. Fundação Catarinense de Cultura. Fonte: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/pagina/4351/blumenau>. Acessado em: 10/04/2015.

Bioma Mata Atlântica. Fonte: <http://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica.html>. Acessado em: 06/04/2015.

Casa Museu Teixeira Lopes. Fonte: http://www.cmgaia.pt/portais/_cmg/Categoria.aspx?categoryOID=F182808080E580GC. Acessado em: 05/05/2015

Cotas das Ruas durante Enchetes. Prefeitura Municipal de Blumenau. Fonte: <http://www.blumenau.sc.gov.br/previsao/wpcotas.aspx>. Acessado em 11/04/2015.

Dados Geográficos. Prefeitura Municipal de Blumenau. Fonte: <http://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/as5d1a5sd4a4sd>. Acessado em: 10/04/2015.

Escudo Azul. Fonte: <http://icom.museum/programas/programa-de-urgencia-en-los-museos/comite-internacional-del-escudo-azul/L/1/>. Acessado em: 23/07/2015.

História do Museu da Família Colonial. Fonte: <http://familiacolonial.arquivodeblumenau.com.br/historia>. Acessado em: 06/04/2015.

Histórico da Fundação Catarinense de Cultura. Fonte: <http://www.fcc.sc.gov.br/pagina/4968/historico>. Acessado em: 04/06/2015.

IBERMUSEUS. Fonte: <http://www.ibermuseum.org/instit/conheca-o-programa-ibermuseum/>. Acessado em: 03/06/2015.

ICMS. Fonte: <http://icom.museum/the-committees/international-committees/international-committee/international-committee-for-museum-security/>. Acessado em: 03/06/2015.

ICOM. Fonte: http://icom.org.br/?page_id=4. Acessado em: 03/05/2015.

Museu Casa Rui Barbosa. Fonte: http://www.casaruibarbosa.gov.br/paracrianças/interna.php?ID_M=6. Acessado em: 05/05/2015.

Prefeitura de Blumenau. História do Município. Fonte: <http://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/historia>. Acesso em: 21/07/2015.

Relação dos Picos das Enchentes Registradas em Blumenau, desde sua Fundação. Município de Blumenau; Secretaria Municipal de Defesa Civil; Diretoria de Defesa Civil. Fonte: http://www.furb.br/_upl/images/especiais/alerta/picos_enchente.pdf?201505261515. Acessado em 26/05/2015.

UNESCO. Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001887/188700por.pdf>. P. 33. Acessado em: 03/05/2015.

ANEXO 1 – Tabela de Escala de Avaliação de Riscos

Tabela 3. Escalas simples para a avaliação do risco

Com que rapidez? (taxa ou probabilidade de danos)		
Pts	Riscos que ocorrem como eventos distintos	Riscos que se acumulam gradualmente
3	Ocorre aproximadamente uma vez por ano	Os danos ocorrem aproximadamente 1 vez por ano
2	Ocorre aproximadamente uma vez a cada 10 anos	Os danos ocorrem aproximadamente 1 vez a cada 10 anos
1	Ocorre aproximadamente uma vez a cada 100 anos	Os danos ocorrem aproximadamente uma vez a cada 100 anos
0	Ocorre aproximadamente uma vez a cada 1000 anos	Os danos ocorrem aproximadamente uma vez a cada 1000 anos
Quantidade de danos para cada artefacto afectado? (perda proporcional de valor)		
3	Perda total ou quase total do artefacto (100%)	
2	Danos significativos mas limitados ao artefacto (10%)	
1	Danos moderados ou reversíveis no artefacto (1%)	
0	Poucos danos observáveis no artefacto (0.1%)	
Quanto do acervo foi afectado? (fracção do acervo em risco)		
3	Tudo ou a maior parte do acervo (100%)	
2	Uma fracção grande do acervo (10%)	
1	Uma fracção pequena do acervo (1%)	
0	Um artefacto (0.1% ou menos)	
Qual a importância dos artefactos afectados? (valor dos artefactos em risco)		
3	Muito maior que o valor comum (100 vezes o valor comum)	
2	Maior que o valor comum (10 vezes o valor comum)	
1	Valor normal para o acervo	
0	Abaixo do valor comum para o acervo (1/10 do valor comum)	
Exemplo da pontuação máxima possível		
Com que rapidez?		3
Quantidade de danos para cada artefacto afectado?		3
Quanto do acervo foi afectado?		3
Qual a importância dos artefactos afectados?		1
Magnitude de Risco (total das quatro pontuações)		10
Notas: não é possível marcar 11 pontos. Se todo o acervo estiver em risco, então a importância de cada artefacto não pode ser mais que média, e se for 10% do acervo, não pode ser mais que 10 vezes o valor comum.		
Caso desejado, quaisquer uma das escalas pode ser pontuada com valores intermédios, por ex.: 2.5		

Fonte: MICHALSKI, Stefan. Conservação e Preservação do Acervo. In: ICOM. Como gerir um museu: manual prático. Paris: ICOM-UNESCO, 2004. p. 70

ANEXO 2 –Escala ABC para Avaliação de Riscos às Coleções

Escala ABC para avaliação de riscos às coleções
 Versão definitiva: abril de 2008 (autor: Stefan Michalski, Canadian Conservation Institute).
 Tradução: José Luiz Pedersoli Jr.

A Para eventos, com que frequência ocorrerá o risco?
Para processos contínuos, em quanto tempo ocorrerá o risco?

Para eventos que ocorrem mais de uma vez por ano, considere-os como riscos contínuos.
 Para riscos contínuos, selecione um grau de deterioração relevante para o seu contexto e determine o tempo necessário para que essa deterioração ocorra. O grau de deterioração selecionado pode ser a deterioração máxima possível para aquele risco, pode ser uma deterioração apenas perceptível, ou um grau intermediário.

Portuação	Eventos: tempo médio entre 2 eventos consecutivos. Processos contínuos: tempo necessário para que o grau de deterioração avaliado em B ocorra.	Probabilidade em 1 ano	Probabilidade em 100 anos	Eventos por 10 anos por 100 museus
5	~ 1 ano			10 000
4½	~ 3 anos	0,3		3 000
4	~ 10 anos	0,1		1 000
3½	~ 30 anos	0,03		300
3	~ 100 anos	0,01		100
2½	~ 300 anos	0,003	0,3	30
2	~ 1 000 anos	0,001	0,1	10
1½	~ 3 000 anos	0,000 3	0,03	3
1	~ 10 000 anos	0,000 1	0,01	1
½	~ 30 000 anos	0,000 03	0,003	

B Qual é a perda de valor em cada objeto afetado ?

Use a perda de valor média considerando todos os objetos afetados.
 Para riscos contínuos, assegure-se de utilizar o mesmo grau de deterioração e o mesmo período de tempo utilizados em A.

Portuação	Definição verbal	%	Número de objetos afetados equivalente à perda total de 1 objeto
5	Perda de valor total, ou quase total, em cada objeto afetado	100%	1
4½		30%	3
4	Perda de valor significativa em cada objeto afetado	10%	10
3½		3%	30
3	Perda de valor pequena em cada objeto afetado	1%	100
2½		0,3%	300
2	Perda de valor muito pequena em cada objeto afetado	0,1%	1 000
1½		0,03%	3 000
1	Perda de valor minúscula em cada objeto afetado	0,01%	10 000
½		0,003%	30 000

C Quanto da coleção é afetada ?

Esta quantidade é medida em termos da distribuição relativa de valores da coleção ("collection value pie").
 Em grandes coleções, com objetos de igual valor relativo, esta quantidade pode ser medida a partir da contagem de objetos, folders, estantes, etc.

Portuação	Definição verbal	Fração	%	decimal
5	Toda ou a maior parte do valor da coleção	1	100%	1
4½		1/3	30%	0,3
4	Uma fração significativa do valor da coleção	1/10	10%	0,1
3½		1/30	3%	0,03
3	Uma fração pequena do valor da coleção	1/100	1%	0,01
2½		1/300	0,3%	0,003
2	Uma fração muito pequena do valor da coleção	1/1000	0,1%	0,001
1½		1/3000	0,03%	0,0003
1	Uma fração minúscula do valor da coleção	1/10000	0,01%	0,0001
½		1/30000	0,003%	0,00003

A + B + C = Magnitude do Risco (MR)

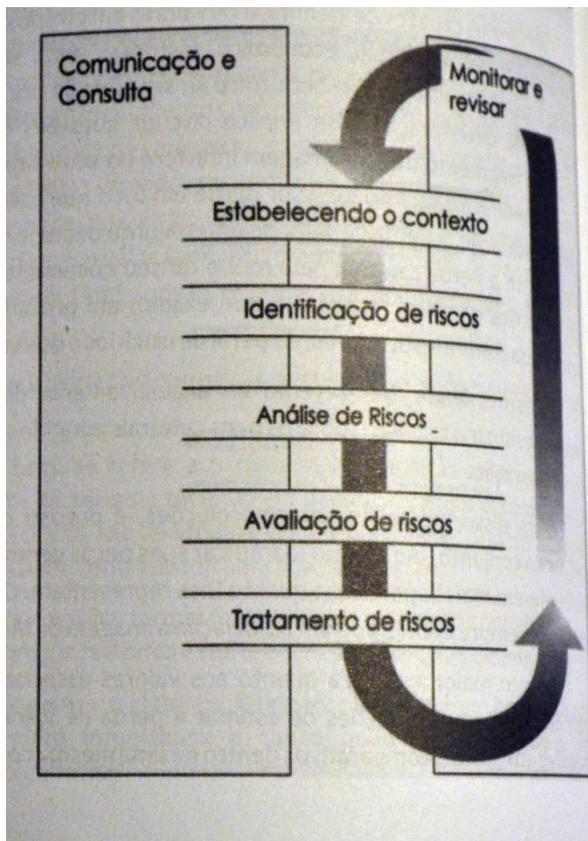
Fonte: MATTOS, Lorete; PEDERSOLI JR., José Luiz. O Gerenciamento de Riscos em Acervos. In: ARISTIMUNHA, Cláudia Porcellis; FAGUNDES, Lígia Ketzer; MATTOS, Lorete (orgs.). Preservação de Patrimônio Cultural. Porto Alegre: Museu da UFRGS, Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Associação de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul, 2013. P. 69

ANEXO 3 – Escala de Magnitude de Riscos

Escala de Magnitude de Riscos: A+B+C		
Manual de Gestão de Riscos de Coleções - Abril de 2008 (autor: Stefan Mihalik). Contribuições: Inês Boticário, Lucélia - José L. Pedersoli Jr. Caso você tenha comentários, por favor contate stefan.mihalik@portig.org		
<p>15 – 13½ Prioridade catastrófica. Todo ou quase todo o valor da coleção provavelmente será perdido em poucos anos ou menos. Apenas possível para coleções recentemente cobradas em áreas de elevado perigo, como em construções extremamente mal planejadas e em localização incorreta, ou para coleções sabidamente na iminência de um desastre, como no caso de situações de guerra ou furacões.</p>	<p>15 14½ 14 13½</p>	<p>Exemplos de pontuações onde o risco ocorre em 30 anos, ou seja, A = 3½</p> <p>13½ = 3½ + 5 + 5 Todo ou quase todo o valor dos objetos de toda ou da maior parte da coleção é perdido em 30 anos.</p>
<p>13 – 11½ Prioridade extrema. Dano significativo em toda a coleção, ou perda total de uma fração significativa da coleção é possível em uma década ou menos. Estas pontuações tipicamente ocorrem nos casos de riscos de incêndio ou furto em larga escala, ou em casos de taxas de deterioração extremamente elevadas decorrentes de iluminação intensa, radiação ultravioleta ou umidade em edifícios novos mal planejados.</p>	<p>13 12½ 12 11½</p>	<p>11½ = 3½ + 4 + 4 Perda de valor significativa para uma fração significativa da coleção em 30 anos.</p>
<p>11 – 9½ Prioridade alta. Perda de valor significativa para uma pequena fração da coleção é possível em uma década, ou perda significativa para a maior parte da coleção é possível em um século. Estas pontuações são comuns em museus onde a conservação preventiva nunca foi uma prioridade, ou onde alguns objetos valiosos podem ser facilmente roubados.</p>	<p>11 10½ 10 9½</p>	<p>9½ = 3½ + 3 + 3 Pequena perda de valor para uma pequena fração da coleção em 30 anos.</p>
<p>9 – 7½ Prioridade média. Perda de valor pequena para a maior parte da coleção é provável apenas após muitos séculos. Em um século, perda significativa aos objetos é possível apenas para uma fração muito pequena da coleção, ou menos. Estas pontuações aplicam-se às melhorias em andamento que mesmo os museus conscientes os devem fazer após lidarem com todos os riscos de maior magnitude.</p>	<p>9 8½ 8 7½</p>	<p>7½ = 3½ + 2 + 2 Perda de valor muito pequena para uma fração muito pequena da coleção em 30 anos.</p>
<p>7 e inferior Este nível de risco significa que se espera que uma deterioração muito pequena ou mínima ocorra em uma fração muito pequena da coleção em séculos. Caso alguém considere este caso como um risco prioritário, talvez o valor relativo dos objetos afetados não tenha sido estabelecido corretamente.</p>	<p>7 6½ 6 5½ 5</p>	<p>5½ = 3½ + 1 + 1 Perda de valor mínima para uma fração mínima da coleção em 30 anos.</p>

Fonte: MATTOS, Lorete; PEDERSOLI JR., José Luiz. O Gerenciamento de Riscos em Acervos. In: ARISTIMUNHA, Cláudia Porcellis; FAGUNDES, Lígia Ketzer; MATTOS, Lorete (orgs.). Preservação de Patrimônio Cultural. Porto Alegre: Museu da UFRGS, Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Associação de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul, 2013. P. 70

ANEXO 4 – Fluxograma do Gerenciamento de Riscos



Fonte: MATTOS, Lorete; PEDERSOLI JR., José Luiz. O Gerenciamento de Riscos em Acervos. In: ARISTIMUNHA, Cláudia Porcellis; FAGUNDES, Lígia Ketzer; MATTOS, Lorete (orgs.). Preservação de Patrimônio Cultural. Porto Alegre: Museu da UFRGS, Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Associação de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul, 2013. P. 64.

ANEXO 5 – Formulário para análise de risco simples

Quadro 4: Formulário para análise de risco simples

**Anexo 2 às Instruções Metodológicas:
Formulário para análise de risco simples**

TIPO DE EMERGÊNCIA Desastres a uma distância considerável do edifício	FREQÜÊNCIA DA OCORRÊNCIA	NÍVEL DE PROBABILIDADE (T a S (P))	GRAU DE DAS CONSEQUÊNCIAS	GRAU DE GRAU DE (T a S (C))	RISCO R = P x C	GRAU DE RISCO (T1 - S)	POSIÇÃO DAS RIZAS prioritárias
Inundações							
Ventania e tempestades							
Incêndios extensos							
Poção atmosférica pesada							
Ferramentas							
Inferção por insetos, roedores etc.							
Descargas elétricas causadas pelas forças atmosféricas							
Atos ilegais							
Roubo comum por visitantes ou pessoal							
Assalto							
Vandalismo							
Comportamento impróprio dos visitantes, incluindo violência física							
Incêndio premeditado							
Entrada não registrada							
Presença de pessoas armadas							
Acidentes e avarias							
Doença de um membro do pessoal ou visitante							
Acidente resultante do derramamento de substâncias químicas							
Avaria do ar condicionado							
Avarias elétricas, etc.: eletricidade, gás, combustível para aquecimento, sistema de aquecimento							
Interrupção do abastecimento de água							
Falha dos sistemas de alarme de segurança							
Falha dos sistemas de comunicação de segurança							
Outras emergências no edifício							
Incêndio							
Inundação através da canalização ou sistema de aquecimento							
Excesso de temperatura							
Excesso de humidade							
Excesso de intensidade da luz							

Número de objetos do acervo em perigo sério de roubo (número de peças e percentagem), i.e. $T1 = < T2 + T3$

número de peças	%
-----------------	---

Fonte: JIRASEK apud CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planeamento. Porto Alegre. Ed. Medianiz, 2014. P. 93

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Universidade Federal de Santa Catarina como
parte dos requisitos necessários para
obtenção do Grau de Bacharelado em
Museologia.

Orientadora: Prof. Ms. Luciana Silveira
Cardoso

Florianópolis, 2015